**‘**

-

**PREGÃO ELETRÔNICO**

***n° 90010/2024.***

# CONTRATANTE (Unidade Gestora – UG: 985.865

MUNICÍPIO DE NITERÓI, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

# OBJETO

O objeto da presente licitação é ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de ônibus elétricos modelo básico e carregadores de 160 KWH (infraestrutura de recarga), para atendimento às demandas do transporte coletivo por ônibus no município de Niterói/RJ, conforme ITEM 01 e ITEM 02, e de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e de seus anexos, parte integrante do presente instrumento convocatório, da seguinte forma:

# ITEM 01 - 50 (CINQUENTA) ÔNIBUS ELÉTRICOS MODELO BÁSICO

**ITEM 02 - 25 (VINTE E CINCO) CARREGADORES DE 160 KWH**

# (Infraestrutura de recarga)

Havendo discordância entre as especificações do objeto licitado descritas no sistema [**www.gov.br/compras/pt-br** e](http://www.gov.br/compras/pt-bre) as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão às constantes neste **último**.

1.1. O julgamento será o **MENOR PREÇO POR ITEM, observados os demais critérios de aceitabilidade definidos neste Edital e seus Anexos**.

# VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de R$ 188.606.000,00 (cento e oitenta e oito milhões e seiscentos e seis mil reais).

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/11/2024 às 10h (horário de Brasília)

# CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**‘**

Menor preço unitário por item.

# MODO DE DISPUTA:

O modo de disputa estabelecido para o presente certame será o ABERTO.

**‘**

***SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE***

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2024

(Processo Administrativo n° 9900054763/2024)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE NITERÓI,** por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE**, sediada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 - 12º e 13° andar, Centro, Niterói- Rio de Janeiro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, no modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 14.730, de 13 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital *no dia* 13/11/2024.

1 **DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de ônibus elétricos modelo básico e carregadores de 160 KWH (infraestrutura de recarga), para atendimento às demandas do transporte coletivo por ônibus no município de Niterói/RJ, conforme ITEM 01 e ITEM 02, e de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e de seus anexos, parte integrante do presente instrumento convocatório, da seguinte forma:

# ITEM 01 - 50 (CINQUENTA) ÔNIBUS ELÉTRICOS MODELO BÁSICO

**ITEM 02 - 25 (VINTE E CINCO) CARREGADORES DE 160 KWH**

# (Infraestrutura de recarga)

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O julgamento será o MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, observados os demais critérios de aceitabilidade definidos neste Edital e seus Anexos

**‘**

# DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

* 1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras)](http://www.gov.br/compras)) no sistema de compras do governo federal ([www.gov.br/compras),](http://www.gov.br/compras)) por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
     1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas
     2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
  2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
  3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
  5. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos limites previstos na LC nº 123/06.
     1. A licitante está obrigada a declarar, no sistema eletrônico, sua condição, ou não, de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI.
  6. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

**‘**

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

* + 1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.
  1. Não poderão disputar esta licitação:
     1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
     2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
     3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
     4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
     5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
     6. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;
     7. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser

**‘**

observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

* + 1. *Sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*
    2. *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.*
  1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
  2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
  3. A vedação de que trata o item 2.8.6, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionárioou representante de empresa que preste assessoria técnica.
  4. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
  5. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e as condições deste Edital e seus Anexos;

**‘**

* 1. Sociedade Estrangeira não autorizada a funcionar no país;
  2. Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art.156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  3. Que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Niterói, nos termos do art.156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  4. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
  5. Que pratica ou foi autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por uso ilegal de mão-de-obra infantil, assim como toda a sua cadeia de fornecedores nos últimos 05 (cinco) anos (Lei Municipal nº 9.209-A de 11 de maio de 2016);
  6. Empresas e os seus sócios ou proprietários condenados em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, formação de quadrilha e outros crimes tipificados como ilícitos de malversação de recursos públicos.
  7. Que não estejam homologadas por Órgão competente, em nível nacional, respeitando as exigências expressas neste Edital e seus Anexos.

# DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

* 1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
  2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
  3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
     1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

**‘**

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

* + 1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
    2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
    3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

*3..5* O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

* 1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
     1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
     2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  2. A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
  3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**‘**

* 1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
  2. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
  3. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
     1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
     2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
  4. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
     1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço unitário por item; e
     2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
  5. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;
  6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
  7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**‘**

# DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

* 1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
     1. O(s) valor(es) **UNITÁRIO(S)** do(s) **ITENS**, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R$), considerando a(s) **QUANTIDADE(S)** constante(s) no **Anexos I e IV** do presente Edital, informando o código CAT (Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito) relativamente ao Lote “ônibus elétrico”, além de Marca e Fabricante para ambos os Lotes;
     2. Todos os preços deverão ser expressos em **Real (R$)**, com **02 (duas) casas decimais;**
  2. Qualquer elemento que possa ***identificar*** a licitante importará a

# desclassificação da proposta;

* 1. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
  2. O valor ofertado será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto
  3. O valor ofertado será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
  4. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito fornecimento do objeto será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas;
  5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
  6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;
  7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
  8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**‘**

* 1. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
  2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
  3. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
  4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
     1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte**)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
     2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
  5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

# DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

* 1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
  2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**‘**

* 1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;
  2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;
  3. Os lances serão ofertados por **ITEM** e o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**;

5.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

* 1. Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, com prorrogação, observando o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.
     1. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, objetivando uma melhor posição na ordem de classificação dos lances. Assim, caso o primeiro venha a ser inabilitado será chamado o licitante na imediata ordem de classificação dos lances (2º melhor lance).
  2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema;
  3. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos do art. 21, §3º IN SEGES/ME nº 73/2022;
  4. O Pregoeiro poderá, durante a disputa de lances, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, nos termos do art. 21, §4º IN SEGES/ME nº 73/2022.
  5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: R$ 200,00 (duzentos reais).
  6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances;

**‘**

5.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, assim definido no art. 19, Inciso I, IN SEGES/ME nº 73/2022, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

* 1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;
  2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
  3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;
  4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
     1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
  5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
  6. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
     1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
  7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedado a identificação do detentor do lance.
     1. Lances considerados inexequíveis serão excluídos do sistema pelo Pregoeiro, que alertará os licitantes quanto à necessidade de cumprimento das obrigações previstas no Edital e seus Anexos e a possibilidade de aplicação de sanções administrativas.
  8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**‘**

* 1. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
     1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
     2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
  2. Caso o licitante não realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação**;**
  3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico (via chat), contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
     1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta**;**
  5. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado;
  6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;
  7. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
     1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**‘**

* + 1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
    2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
    3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
  1. Não ocorrendo à contratação de ME, EPP ou MEI, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 5.7.1 na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;
     1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
        1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
        2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
        3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
        4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
     2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
        1. Empresas estabelecidas no Município;
        2. Empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;
        3. Empresas brasileiras;

**‘**

* + - 1. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
      2. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
  1. Os documentos comprobatórios elencados nos Itens 5.30.1 e 5.30.2, referentes aos critérios de desempate, deverão ser enviados pelos licitantes, exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) no prazo de até 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação pelo Pregoeiro, sob pena de desistência do desempate;
  2. Na hipótese do não uso do direito de preferência, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
  3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
     1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
     2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
     3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
     4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
     5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
     6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
  4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**‘**

# DA FASE DE JULGAMENTO

* 1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou à futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://[www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis)%3B)
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://[www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)%3B)
4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php).](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))
5. Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União
   1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992;
   2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
      1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
      2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;
      3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
   3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

**‘**

* 1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 0 deste edital;
  2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022;
  3. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital, pelo critério do **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.
  4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
     1. contiver vícios insanáveis;
     2. não obedecer às especificações técnicas estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
     3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
     4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
     5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
     6. Não conter a marca, nome do fabricante e Código CAT (Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito), este último relativamente ao Lote ônibus elétricos (obrigatório).
  5. No caso de bens e serviços, é indício de inexequibilidade de proposta de preço, valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
     1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
        1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
        2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**‘**

* 1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;
  2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;
  3. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;
  4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo

sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

* + 1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
    2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
  1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, podendo o Pregoeiro solicitar ao licitante classificado em primeiro lugar, que apresente amostras dos veículos e equipamentos objeto licitado, conforme disciplinado no Termo de Referência e ainda apresentação de contrato(s), nota(s) de empenho e ordem(s) de fornecimento, compatíveis com o objeto da presente Licitação, firmados em data anterior ao presente certame), entre a Licitante e pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, situada(s) no Brasil.;
  2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital e no descrito no item 6.1, ficando passível de desclassificação a proposta com valor ofertado acima do valor estimado;
  3. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem

**‘**

de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

* + 1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, **sendo obrigatório envio de resposta pelos participantes do certame**, quando encaminhada via chat, **no prazo de até 05 (cinco) minutos**, qualquer pedido de informação ou solicitação feita pelo Pregoeiro;
    2. A inobservância do disposto no item anterior acarretará a recusa da proposta do licitante, somente para as negociações com valores acima do estimado/referência.
  1. Quando a proposta do licitante vencedor **não** atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

**‘**

# DA FORMULAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA (VENCEDORA)

* 1. **Encerrada as etapas de lances e negociação da sessão pública**, o Pregoeiro convocará através do canal de comunicação eletrônica (chat), o licitante que apresentar o menor preço unitário para envio da **PROPOSTA DE PREÇOS** atualizada, e **assinada digitalmente** pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em até **02 (duas) horas** contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, exclusivamente através do **módulo de convocação de anexos do sistema** [**www.gov.br/compras/pt-br**,](http://www.gov.br/compras/pt-br) com as seguintes informações abaixo:
     1. Valores expressos, obrigatoriamente, em real.
        1. Valor UNITÁRIO e TOTAL dos ITENS e valor TOTAL em algarismo e por extenso da proposta. Os preços serão registrados com 02 (duas) casas decimais, incluído nos mesmos todos os custos diretos e indiretos de despesas, tais como: frete, taxas e impostos, tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, transporte, inclusive desembaraço alfandegário e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente;
        2. Os valores UNITÁRIOS dos ITENS não poderão ser superiores aos constantes no Anexo IV do Edital;

7.1.1.3Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

* + 1. Especificação do objeto ofertado de forma clara e detalhada, anexando- se, inclusive, quando possível, prospectos em português, e ainda informação de: Código CAT, Plantas do Veículo, Marca, Nome do Fabricante, e outras características que permitam identificar o objeto ofertado;
    2. Informação da Garantia/Validade; cada item possui prazo próprio, a licitante vencedora deve observá-los, conforme as especificações contidas nos Anexos I e II deste Edital;
       1. A Garantia prevista para o item diz respeito a solução de problemas no que tange as embalagens, objetos avariados, bem como todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início a partir da

**‘**

data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para o Município de Niterói.

# Assistência Técnica Local:

* + - 1. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA ocorrerá no pátio ou local de estocagem do veículo, no período da madrugada, em um prazo não superior a 72 horas, contando a partir da abertura de chamado do operador responsável pela frota para a central de atendimento da contratada, onde deve informar a ocorrência que justifique a necessidade de assistência;
      2. É de responsabilidade da contratada fornecer central de atendimento 24 horas, equipe técnica especializada, peças e equipamentos técnicos necessários, desde que se enquadrem nas garantias estabelecidas nos Anexos I e II deste Edital, bem como o deslocamento destes até o local onde se realizará o serviço de manutenção.
    1. DADOS DO LICITANTE: Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente e praça de pagamento.
    2. Prazo de entrega: Máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.
    3. Local da Entrega: Os bens devem ser entregues no

Município de Niterói.

* + 1. Não será aceito à expressão “similar”, sendo vedadas descrições vagas, como “de acordo”, “conforme Edital”, “modelo xx”, “conforme proposta a apresentar”, etc.
    2. Deverá apresentar as seguintes DECLARAÇÕES na PROPOSTA DE PREÇOS:

1. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, frete, taxas e impostos, tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, transporte, inclusive desembaraço alfandegário e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente;
2. Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos;

**‘**

1. Declaração de que os valores ofertados na proposta serão fixos e irreajustáveis;
   1. Solicita-se à(s) licitante(s) quando convocado(s) que a(s) proposta(s) ajustada(s) seja(m) encaminhada(s) nos moldes do modelo constante no Anexo V para a elaboração de proposta de preços, atentando para o exigido no item 7.1 e seus subitens, devendo ainda, apresentar a especificação de forma clara e detalhada do objeto ofertado.
   2. As propostas poderão conter outros dados e informações que, a critério do licitante, sirvam para melhor documentar e esclarecer o fornecimento do objeto.
   3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
   4. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido e de faturamento mínimo na proposta.
   5. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

# DA FASE DE HABILITAÇÃO

* 1. Os documentos previstos no Termo de Referência e demais anexos do edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

* 1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo pregoeiro por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica e financeira e habilitação técnica, conforme disposto na Instrução Normativa nº03/2018-SEGES/MP.

**‘**

* + 1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
    2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o pregoeiro, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
    3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.
    4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
    5. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no item 8.2, o Pregoeiro assinalará prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio eletrônico, exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema [www.gov.br/compras/pt-br;](http://www.gov.br/compras/pt-br%3B)
    6. As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
    7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, observado o disposto nos §§1° e 2° do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

**‘**

* + 1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI vencedora à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 39 da IN SEGES/ME nº 73/2022 combinado com o art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme a Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.
    2. A empresa que DECLARAR falsamente se tratar de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI ou Sociedade Cooperativa para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações incorrerá no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis.
  1. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
   1. O pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
      1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
   2. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta

**‘**

subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

* 1. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.
  2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.
  3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
     1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
     2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
  4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
  5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
     1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

**‘**

* + 1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
  1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital, através dos meios informados no presente edital.
  2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
  3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
  4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  6. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
     1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
  7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
     1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**‘**

* 1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
     1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
  2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
     1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
  3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64) e complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
     1. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0.
  5. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
  6. Ressalvado o disposto no item 8.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, no caso dos mesmos não estarem inseridos no SICAF.
  7. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões realizada pelo Pregoeiro lograr êxito, emitindo a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 39, §6º, da Instrução Normativa nº 73/2022-SEGES/ME.
  8. O detentor da melhor oferta regularmente aceita, deverá encaminhar no prazo de até 02 (duas) horas, contada a partir da convocação do Pregoeiro, através do canal de comunicação (chat), PREFERENCIALMENTE em FORMATO DOC ou PDF -ZIPADO, exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema

**‘**

[www.gov.br/compras/pt-br,](http://www.gov.br/compras/pt-br) os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação:

# HABILITAÇÃO JURÍDICA:

* + - 1. Cópia do Ato Constitutivo (no caso de empresário individual) ou Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e/ou suas alterações posteriores, de modo a verificar se o objeto social do licitante é compatível com o objeto da licitação;
      2. No caso de Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede;
      3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/)
      4. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
      5. No caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
      6. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

# REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

* + - 1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação, analisada automaticamente pelo SICAF;

**‘**

* + - 1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive quanto às contribuições Sociais, representada pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, analisada automaticamente pelo SICAF;
      2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, analisada automaticamente pelo SICAF;
         1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão competente do seu domicílio ou sede, ou outro equivalente, na forma da lei.
      3. Prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, analisada automaticamente pelo SICAF;
      4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, podendo ser retirada através do site: [www.tst.jus.br/certidao,](http://www.tst.jus.br/certidao) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do licitante/fornecedor, quando não houver indicação no SICAF;
      5. Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas – CNIT, decorrente de autuações, instituída pela Lei Municipal nº 9.209-A/16, por uso ilegal de mão-de-obra infantil, assim como toda sua cadeia de fornecedores, para comprovar não terem sido autuadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outro órgão responsável, cuja certidão será emitida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

# QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias quando não houver prazo de validade expresso no documento, art. 69, caput, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
   1. Caso haja alguma Ação Judicial distribuída relativa a Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

**‘**

1. Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, de acordo com art. 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda o balanço esteja:
   1. Assinado pelo profissional habilitado da área contábil;
   2. Comprobatório da boa situação financeira, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanço provisório, comprovada através da aferição dos índices: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG). Todos os índices obtidos deverão ser maiores que 1,00, ou caso os índices forem menores ou igual a 1,00, será verificado o Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor a ser contratado, aplicando as seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = Passivo Circulante

* 1. Com relação ao Balanço Patrimonial deverá, ainda, a licitante observar o seguinte:
     1. As empresas obrigadas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhada do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal;

**‘**

* + 1. Empresas OPTANTES pelo regime de tributação do Simples Nacional devem apresentar o Comprovante da Opção, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>
    2. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente;
    3. Empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos do exercício da licitação deverão apresentar o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações contábeis do último exercício social registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente;
    4. As sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (sociedades anônimas), deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à Escrituração Digital Eletrônica (ECD), também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do SPED Contábil.

# QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante forneceu equipamentos compativeis em características ao objeto da licitação, que se refere ao fornecimento de ônibus elétricos modelo básico e carregadores de 160 KWH (infraestrutura de recarga), que deverá ser emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou filial(ais) da licitante e, ainda, apresentação de contrato(s), nota(s) de empenho e ordem(s) de fornecimento, compatíveis com o objeto da presente Licitação, firmados em data anterior ao presente certame, entre a Licitante e pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, situada(s) no Brasil.

* 1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema [www.gov.br/compras/pt-br,](http://www.gov.br/compras/pt-br) e poderá ser prorrogado desde que devidamente fundamentado, objetivando sempre a maior competitividade e melhores preços para a administração.

1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**‘**

1. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**‘**

* 1. A NÃO apresentação dos documentos acima referenciados no prazo estabelecido, poderá implicar na inabilitação do licitante.
  2. Os documentos relacionados acima deverão estar emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram.
  3. Quando a proposta de preços e as declarações exigidas neste Edital forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o licitante também deverá enviar exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br,](http://www.gov.br/compras/pt-br) instrumento público ou particular de procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
  4. Os documentos mencionados neste item deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e o respectivo endereço vigentes à época da abertura da licitação.
  5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  6. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também, devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
  7. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

# DOS RECURSOS

* 1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
  2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação da decisão a ser recorrida ou da lavratura da Ata.
  3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, deve-se observar o seguinte:

**‘**

* + 1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
    2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será de até 10 (dez) minutos.
    3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  1. Os recursos deverão ser encaminhados em momento único, em campo próprio do sistema.
  2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
  3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
  4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
  5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
  6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico endereço eletrônico [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br/) – Transparência – Licitações em andamento – Licitação SMA.
  8. O início da contagem dos prazos, bem como, seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

# DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
     1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
     2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**‘**

* + - 1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
      2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
      3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
      4. deixar de apresentar amostra;
      5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
    1. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
       1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
    2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
    3. fraudar a licitação;
    4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
       1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
       2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
       3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
    5. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
    6. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
  1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
     1. advertência;
     2. multa;
     3. impedimento de licitar e contratar e,
     4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**‘**

* 1. Na aplicação das sanções serão considerados:
     1. a natureza e a gravidade da infração cometida
     2. as peculiaridades do caso concreto
     3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
     4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
     5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  2. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
     1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
     2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
  3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
  4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
  5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da 10.4 Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
  6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
  7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº73/2022.

**‘**

* 1. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
  2. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
  3. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
  4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
  5. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**‘**

# DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

* 1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
  2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
  3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [copli@administracao.niteroi.rj.gov.br.,](mailto:copli@administracao.niteroi.rj.gov.br) mediante confirmação de recebimento.
  4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
     1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
  5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

# FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO

* 1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor, durante a validade da Ata de Registro de Preços, para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente juntamente com a nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.
     1. Na ocasião da assinatura do CONTRATO, a licitante vencedora deverá dispor

preferencialmente de “CERTIFICAÇÃO DIGITAL”.

* 1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**‘**

* 1. Na hipótese de o vencedor da licitação não apresentar situação regular no ato da contratação, não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, ou conforme negociação, descrita no item 12.4, podendo ainda revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº14.133/2021.
  2. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
  3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou nota de empenho, no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.
  4. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 12.4.
  5. . O prazo de vigência da contratação é o prazo definido para a entrega do objeto da contratação, conforme a especificidade das aquisições e a necessidade de atendimento da garantia dos objetos adquiridos, com eficácia após a publicação do seu extrato no PNCP e DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

**‘**

* 1. O prazo para recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
  2. A emissão da Nota de Empenho está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no SICAF.

# DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como, as eventuais adesões são as que constam na minuta da Ata de Registro de Preços.

# DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**14.1.** As regras referentes a Ata de Registro de Preços são as constantes da respectiva minuta, Anexo IX, parte integrante deste Edital, que da mesma forma e parte integrante e intransferível da Ata a ser firmada com a licitante vencedora.

* 1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias uteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata deRegistro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
     1. Na ocasião da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a licitante

vencedora deverá dispor preferencialmente de “CERTIFICAÇÃO DIGITAL”.

**‘**

* 1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
     1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
     2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
  2. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
  3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes nos **Anexos I e IV**, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
  4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no **PNCP** e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
  5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
  6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do **Cadastro de Reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

# DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

* 1. Após a adjudicação e homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro:
     1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
     2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**‘**

* 1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.
     1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
     2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;
     3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
  2. A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
     1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou;
     2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023.
  3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:
     1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço adjudicado, ou;
     2. Adjudicar e firmar o Contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociaçãode melhor condição**.**

**‘**

# DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

* 1. Nos termos do art. 58, inciso III cominado com o artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
  2. O CONTRATANTE, através de funcionário ou comissão, doravante designado como FISCAL DO CONTRATO, efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado, poderá a qualquer tempo exigir que a licitante CONTRATADA forneça os elementos necessários ao esclarecimento de dúvidas relativas ao fornecimento, tais como demonstrativos de custos, notas fiscais, etc.
  3. Os objetos fornecidos estarão sujeitos a aceitação pelo FISCAL DO CONTRATO, a quem caberá direito de recusa caso os mesmos não estejam de acordo com as especificações constantes nos Anexos I e IV, ou caso se constate, nos mesmos, existência de vícios ou defeitos.
  4. O aceite do objeto será formalizado pela FISCAL DO CONTRATO através do aceite ou atesto na respectiva nota fiscal. Não obstante o Aceite/Atesto, a CONTRATADA será responsável pelo perfeito fornecimento do objeto contratado, nos termos da legislação civil, penal e profissional. A fiscalização do fornecimento dos objetos não diminui ou substitui a responsabilidade da CONTRATADA.
  5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021;
  6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
  7. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do FISCAL DO CONTRATO para

**‘**

com a CONTRATADA, quando não formalizadas mediante termo aditivo, não constituirão

precedentes invocáveis e não terão o poder de alterar as obrigações estabelecidas.

# DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

* 1. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA são as previstas no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta Contratual – Anexo II.

# DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

* 1. O recebimento, o local e o prazo de entrega deverão ocorrer de acordo com o contido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

# DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

* 1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
  2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
     1. O prazo de validade;
     2. A data da emissão;
     3. Os dados do Contrato e do ÓRGÃO CONTRATANTE;
     4. O período respectivo de execução do Contrato;
     5. O valor a pagar; e
     6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
  3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.
  4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on- line” ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
  5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a

**‘**

participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

* 1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
  2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
  3. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
  4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.
  5. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.
  6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.
  7. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos objetos e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.
  8. Será procedida consulta “On-Line” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a CONTRATADA, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS, da Previdência Social e

**‘**

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

* 1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
  2. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

I = (TX / 100) / 365 EM = I x N x VP Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% / Ano VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

* 1. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na XXXXXXXXXXXXXX, em favor da CONTRATADA. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
  2. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

# DO REAJUSTE

* 1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
     1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro

**‘**

de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

* 1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
  2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
  3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
  4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
  5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
  6. O reajuste será realizado por apostilamento.

# DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preço serão arcadas através das dotações orçamentárias próprias, indicadas antes da formalização do(s) Contrato(s), conforme previsões/suplementações no Orçamento da SMU.

# DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DA RESCISÃO

* 1. A autoridade superior poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**‘**

* 1. A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços e do Contrato.
  2. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata de Registro de Preços e das condições deste Edital.
  3. No caso de desfazimento de processo licitatório fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
  4. Constituem motivos para a rescisão do instrumento contratual as estabelecidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
  5. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será antecedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Assegura-se ao CONTRATANTE, no caso de rescisão culposa, sem prejuízo das sanções cabíveis, os direitos estabelecidos no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

# DA SUBCONTRATAÇÃO

* 1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

# ALTERAÇÃO SUBJETIVA

* 1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**‘**

* 1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
  2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
  3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão públicaobservarão o horário de Brasília - DF.
  4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
  5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
  6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
  7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazosem dias de expediente na Administração.
  8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
  9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
  10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br/) – Transparência – Licitações em andamento – Licitação SMA.
  11. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.
  12. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Secretaria Municipal de Urbanismo.
  13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e documentos relativos a esta licitação e o Município de Niterói não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do procedimento licitatório.
  14. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
  15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão Pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
  16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamentodo licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da Sessão Pública de Pregão.

**‘**

* 1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
  2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das devidas disposições legislativas.
  3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo licitatório, prevalecerá as deste Edital.
  4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de inícioe incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, ***exceto*** quando for explicitamente disposto em contrário.
  5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente nesta Secretaria.

25.21.1 Se o vencimento do prazo, coincidir em dia que não haja expediente ou, se este for encerrado antes do horário comercial, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos**: ANEXO I - Termo de Referência**

# ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

**ANEXO IV – Especificação Técnica, Quantitativo Estimado e Valor Máximo Admissível.**

# ANEXO V – Orçamento estimado

**ANEXO VI – Modelo de apresentação da proposta ANEXO VII** – **Documentação exigida para Habilitação ANEXO VIII – Layout Plotagem do Ônibus Elétrico.**

# ANEXO IX – Minuta da Ata de Registro de Preços, Cadastro de Reserva e Extrato.

Niterói, 15 de agosto de 2024.

José Renato da Gama Barandier Jr

Secretário Municipal de Urbanismo e Mobilidade

**‘**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**‘**

**ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 9900054763/2024 ÔNIBUS ELÉTRICOS E CARREGADORES**

1. **DO OBJETO**
   1. Pregão Eletrônico para Ata de Registro de Preços para futura aquisição de até 50 (cinquenta) ônibus elétricos modelo Básico e até 25(vinte e cinco) carregadores de 160 Kwh (infraestrutura de recarga), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, com base na Lei nº. 14.133/21, Decreto Municipal 14.730/2023, e demais legislações correlatas.

**Tabela 1 – Descrições e especificações constantes no objeto deste edital**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÕES/ESPECIFICAÇÕES** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QTDE** |
| **1** | Ônibus básico elétrico, categoria M3, conforme resolução n.º 959/2022 do Contran, e especificações técnicas constantes no **anexo I – Básico – ônibus**  **elétrico.** | **un** | **Até 50** |
| **2** | Carregador para ônibus elétrico, potência máxima de saída de 160 Kwh. Especificações técnicas constantes no **anexo II – Carregador – 160 KWh.** | **un** | **Até 25** |

* + 1. A quantidade mínima de veículos a serem adquiridos pelo Município de Niterói será de 04 (quatro) ônibus elétricos e 02 (dois) carregadores.
    2. As especificações técnicas e de operações dos veículos e dos carregadores constam pormenorizadas nos seguintes anexos/apensos deste Termo de Referência:
       1. Apenso I– Básico – Ônibus Elétrico;
       2. Apenso II– Carregador – 160 KWh.
  1. Deverão ser fornecidos veículos novos, zero km.
  2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.
  3. A escolha para a aquisição dos veículos através do Sistema de Registro de Preços se dará na medida da disponibilidade de recursos financeiros que poderão ser viabilizados através de recursos livres e de financiamento junto a instituições financeiras ou de fomento, podendo para tanto os recursos financeiros serem viabilizados pelo Município.
  4. O critério de julgamento será **por item**, a fim de ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.
  5. Por tratar-se de veículos que deverão ser elétricos e, que envolvem fabricantes/montadoras com alto grau de tecnológico, de inovação e de capital, não haverá abertura de cotas para ME/EPP.

**‘**

1. **JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO Objetivo da Contratação**
   1. Modernizar a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no Município, proporcionando maior conforto aos usuários, cuidado com o meio ambiente e tarifa mais justa.

**Justificativas da Contratação**

* 1. Atendimento à legislação nacional que trata da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, bem como buscando as melhores e mais modernas práticas para o Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros.
  2. Dentro deste novo modelo de transporte público que o Município trabalha para implantar, está também a atenção dirigida ao meio ambiente. Neste aspecto, a substituição de veículos de combustíveis fósseis por elétricos é importante para reduzir o consumo de recursos não renováveis, especialmente, quando a eletricidade é gerada a partir de fontes limpas. Além disso, os ônibus elétricos utilizam a energia de forma muito mais eficiente, já usam menos energia em movimento em comparação aos motores de combustão, queperdem uma quantidade maior de energia na forma de calor. Um estudo de viabilidade conduzido em Monterrey, no México, constatou que para 50 KWH (energia equivalente a 5 litros de diesel ou 4,5 litros de gás), um ônibus elétrico a bateria poderia rodar 30 km, ao passo que um ônibus a diesel rodaria 12 km, e um ônibus a GNC 8 Km.
  3. Em linhas gerais, a eletromobilidade apresenta três ordens de benefícios: os ambientais, uma vez que contribui com a redução da emissão de gases de efeito estufa e não emite material particulado e outros agentes contaminantes; os sociais, pois colabora com melhoria das condições de saúde, sobretudo no meio urbano, e; os econômicos com a possibilidade de novos negócios e geração de emprego e renda.
  4. Outra vantagem da adoção do Registro de Preços é a possibilidade de compra progressiva, não havendo a necessidade de aquisição do quantitativo de uma só vez, não imobilizando orçamento público, não implicando em custos com a implantação e manutenção de estoque, bem como ônus com espaços físicos e vigilância, também não correndo risco de avarias no produto adquirido e evitando perda de bens.
  5. O Regime de execução será por Registro de Preços – Menor Preço.

**Justificativas das Quantidades dos ônibus elétricos e do Dimensionamento da infraestrutura de recarga**

* 1. A necessidade de aquisição de 50 (cinquenta) ônibus elétricos modelo básico e 25 (vinte e cinco) carregadores de 160 Kwh (infraestrutura de recarga) se dá como objetivo de aumentar a qualidade dos serviços de transporte oferecido aos munícipes, com a preservação de uma tarifa módica, utilizando veículos mais confortáveis e dentro de padrões de sustentabilidade.
  2. A quantidade de veículos definidos para a utilização dentro do sistema de eletromobilidade está também ligada diretamente a questões de desenvolvimento local, avanços na infraestrutura promotora e propulsora da inovação, bem como outros benefícios econômicos e sociais relacionados à qualidade de vida da população.
  3. A infraestrutura de recarga será instalada de forma a possibilitar a recarga noturna dos veículos e a recarga de oportunidade no entrepico da operação.

**‘**

**Justificativas quanto às especificações técnicas e de operação dos ônibus elétricos**

* 1. Trata-se o objeto de aquisição de 50 (cinquenta) ônibus elétricos modelo Básico, zero km, e 25 (vinte e cinco) carregadores de 160 Kwh (infraestrutura de recarga) para Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros no município de Niterói – Rio de Janeiro, de acordo com o que dispõe a Resolução 959/2022 do CONTRAN.
     1. As especificações técnicas e de operação dos veículos e carregadores constam pormenorizadas nos apensos I e II deste Termo de Referência.

1. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
   1. Os Veículos que serão adquiridos têm natureza comum, ou seja, são objetivamente definidos em sua descrição por meio de especificações usuais do mercado de veículos elétricos de transporte de passageiros urbano.
2. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**.
   1. O prazo de entrega dos bens é de no **máximo 180 (cento e oitenta) dias**, contados da emissão da Nota de Empenho.
   2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo

acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e proposta.

* 1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas Custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
  2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
     1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser precedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
  3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
  4. Os bens devem ser entregues no local de infraestrutura de recarga.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. São obrigações da contratante:
      1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
      2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**‘**

* + 1. Comunicar a contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
    2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de Comissão, ou servidor especialmente designado ou por terceiros contratados exclusivamente para a atividade;
    3. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
  1. O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. A contratada tem a obrigação de manter atualizados seus dados de endereço físico, endereço eletrônico e telefones junto ao cadastro de fornecedores do Município, bem como informar a contratante qualquer eventual alteração.
   2. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
      1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado de respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao número do Chassi, motorização, carroceria, marcas/modelos, ano de fabricação/modelo, entre outras necessárias ao faturamento e registro do veículo junto aos Órgãos de Trânsito.
         1. O objeto deve estar acompanhado de todos aos manuais de operação e manutenção do veículo, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada e demais exigências contidas na contratação;
         2. Caberá à contratada promover, a suas custas, treinamento presencial necessário à operação do veículo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega dos veículos.
      2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990);
      3. Substituir, reparar, ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
      4. Comunicar à contratante, em tempo hábil, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**6.2.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.
2. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**‘**

* 1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da contratante à continuidade do contrato.

1. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
   1. Considerando a inexistência de pessoas habilitadas no quadro de servidores da contratante, está em avaliação a contratação de terceiros para assistir às atividades de fiscalização.
      1. Identificando a inviabilidade da contratação de terceiros, a fiscalização será indicada através de Portaria subsequente.
2. **DO PAGAMENTO**
   1. O Pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, a ser emitida pela contratada, após aceite e recebimento definitivo dos produtos pela contratante.
      1. Os pagamentos incorrerão nas premissas da legislação vigente.
      2. Considerar-se-á ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução definitiva do objeto do contrato.
   2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal.
   3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
   4. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada a sua notificação por escrito para que no prazo de 5 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período a critério da contratante.
   5. Previamente a emissão da nota de empenho e a cada pagamento, a contratante deverá realizar a consulta para identificar possíveis suspensões temporárias de participação em licitação no âmbito do órgão, proibição de contratar com o poder público bem como ocorrências impeditivas indiretas.
   6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   7. Persistindo a irregularidade a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente assegurado a contratada a ampla defesa.
   8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
   9. A retenção de créditos da contratada poderá ocorrer somente quando se configurar um potencial risco de prejuízo ao erário.

**‘**

* 1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância devidamente justificado em qualquer caso pela máxima autoridade da contratante.
  2. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicada quando couber.
  3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, a circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
  4. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM= I x N x VP, Sendo: EM = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga.

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (TX), sendo I= (6/100) 365 onde I = 0,00016438

TX = percentual de taxa anual = 6%

1. **DO REAJUSTE**
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas.
      1. Dentro do prazo da vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA, índice nacional de preços ao consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
   2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
   3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
   4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
   5. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
   6. Na ausência de previsão quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, ajustamento brilho remanescente, por meio de termo aditivo.

**‘**

* 1. O reajuste será realizado por apostilamento.

1. **PRAZO DO CONTRATO**
   1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses..
   2. O contrato deverá ser assinado em até 30 (trinta) dias após a homologação da Licitação.
2. **DA GARANTIA T**É**CNICA**
   1. A garantia técnica relativa ao objeto do certame será detalhada conforme **Apenso I e Apenso II** deste Termo de Referência
3. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1** As sanções estabelecidas neste termo de referência terão como base a legislação atual.

1. **ANEXOS**
   1. As especificações técnicas e de operação dos ônibus e carregadores constam pormenorizadas nos seguintes anexos deste Termo de Referência:
      1. Apenso I ao Anexo I – Básico – Ônibus Elétrico;
      2. Apenso II ao Anexo I – Carregador - 160 KWh.
2. **DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

Não será permitida a participaçao de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

1. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A dotação orçamentária será vinculada conforme a política financeira e orçamentária atribuídas pelo órgão adquirente.

Ação: Adquirir ônibus elétricos e carregadores para o Transporte Coletivo do Município.

Niterói,\_ , de \_ de 2024.

\_ Assinatura

**‘**

**APENSO I AO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ÔNIBUS ELÉTRICO - BÁSICO**

Com vistas à análise referencial das especificações técnicas pretendidas no âmbito deste processo licitatório foram realizadas avaliações de mercado com diferentes fornecedores dos diversos componentes que envolvem a solução de negócio.

1. **ÔNIBUS BÁSICO – Tração Elétrica** Os veículos deverão ser do tipo “piso baixo total”, movidos por motor próprio e solidário, e 100% adaptados conforme normas regulamentadoras vigentes, onde, respeitando-se a capacidade dos veículos, sendo no mínimo para 70 passageiros e sendo permitido o transporte de passageiros em pé. Os veículos deverão ser disponibilizados em condições de utilização em vias públicas, sendo de inteira responsabilidade da contratada as adequações necessárias para o cumprimento das normas técnicas e legislações aplicáveis.
   1. **CARROCERIA**
      1. **DIMENSÕES**

O comprimento dos veículos, medido entre os extremos dos para-choques traseiro e dianteiro deverá ter no mínimo 12m (doze metros) e no máximo 13,5m (treze metros e meio).

* + 1. **VENTILAÇÃO E AR-CONDICIONADO**

Os veículos deverão utilizar aparelhos de refrigeração de ar, cujo equipamento deverá seguir a Norma ABNT NBR 15570, e suas atualizações, bem como as demais normas existentes e legislação vigente.

* + 1. **PORTA DE SERVIÇO**

Os veículos deverão possuir três portas de serviço na lateral direita, sendo que duas deverão ser posicionadas nos respectivos balanços e uma no entre eixo do veículo, sendo que a porta traseira deverá localizar- se o mais próximo possível do eixo traseiro. Não serão aceitos veículos com portas de serviço na lateral esquerda. Os veículos deverão ter portas duplas, com um vão livre de pelo menos 0,95m (noventa e cinco

centímetros) de largura, com 1,90m (um metro e noventa centímetros) de altura.

As metades superiores de qualquer porta de serviço devem ser envidraçadas e, no caso da porta dianteira, sua metade inferior também deve ser envidraçada, de modo a permitir maior visibilidade em manobras e paradas.

O mecanismo de abertura das portas de serviço deve ter seu comando situado no posto do motorista, ao abrigo de manuseio não autorizado, podendo ser pneumático ou eletropneumático, com sensor que não permita o deslocamento do veículo com portas abertas, e o acionamento deverá ser simultâneo para as portas do mesmo lado.

* + 1. **SAÍDA DE EMERGÊNCIA**

Os veículos devem possuir no mínimo 3 (três) janelas de emergência do lado oposto às portas de serviço e 2 (duas) janelas de emergência no lado das portas de serviço.

Estas janelas não podem ser contíguas e devem ter sua localização distribuída ao longo do salão de passageiros, da maneira mais uniforme possível.

**‘**

Os veículos em geral deverão ainda possuir 2 (duas) escotilhas no teto que também funcione como saída de emergência. A quantidade e disposição devem atender as normas vigentes NBR 15570:2009 ou outra que venha a substituí-la.

Deve ser colocado aviso legível com instruções claras sobre o funcionamento da escotilha e das janelas

de "Saída de Emergência”, bem como advertência sobre as consequências do seu uso indevido.

* + 1. **BANCO DE PASSAGEIRO**

A disposição e o número de bancos devem obedecer ao layout estabelecido pela contratante no momento da assinatura do Contrato de Compra, e poderá ser dimensionado para o melhor aproveitamento dos veículos.

Os bancos situados sobre as caixas de rodas e os bancos individuais junto às portas, obrigatoriamente, deverão dispor de apoio para braço.

Os bancos devem ser acolchoados e sua estrutura deve ser livre de arestas e saliências. O pega-mão do banco deve ser de aço inoxidável ou de alumínio, dotado de proteção acolchoada que não seja contínua, de modo a amortecer impactos com bruscas desacelerações, permitindo também espaço livre para que o passageiroo possa segurar. Os veículos devem possuir assentos perfeitamente identificados para uso preferencial de gestantes, deficientes físicos, idosos e portadores de limitação de mobilidade.

Os veículos devem possuir 1 entrada USB (Universal Serial Bus) por assento, no mínimo na versão 3.0, para recarga de smartphones e outros dispositivos disponíveis próximos aos bancos de passageiros.

* + 1. **POLTRONA DO MOTORISTA**

A poltrona do motorista deve ser anatômica, regulável, acolchoada, possuindo ventilação, suspensão e amortecimento hidráulico ou similar, levando-se em consideração todos os demais aspectos funcionais e de conforto, de modo a minimizar o desgaste físico e mental do condutor do veículo.

A fim de assegurar fácil acesso aos instrumentos e equipamentos de controle do veículo, a poltrona do motorista deve permitir o movimento longitudinal, e o encosto deve permitir ajustamentos de inclinação com a horizontal.

A poltrona do motorista deve ser posicionada tendo como referência o volante de direção, os pedais e os para-brisas, cujas posições e distâncias são elementos indicadores críticos para a condução confortável e segura do veículo, sendo instalada com o seu eixo de simetria coincidente com o do volante de direção.

* + 1. **CORREDOR DE CIRCULAÇÃO**

A largura mínima do corredor de circulação, medida entre as faces laterais dos bancos é 0,30m (trinta centímetros) acima do assento dos bancos dos passageiros, deve ser de no mínimo 0,55m (sessenta e cinco centímetros), desconsiderando-se os apoia-braços quando houver.

* + 1. **JANELAS**

As janelas laterais devem ser instaladas tendo uma vidraça fixa de modo a oferecer visibilidade a passageiros sentados ou em pé.

Todas as janelas, inclusive para-brisa e vidro traseiro devem ser guarnecidas com vidros de segurança, conforme as normas estabelecidas neste EDITAL.

A transmitância luminosa das áreas envidraçadas deverá atender as normas vigentes, em especial a

**‘**

Resolução CONTRAN n.º 960, ou a que vier a substituí-la.

* + 1. **SOLICITAÇÃO DE PARADA**

A solicitação de parada deve ser feita através de sinal sonoro e temporizado, acionado por interruptores, dispostos ao longo do salão e em cada porta, de modo a facilitar o acionamento pelos passageiros. Os interruptores devem ser fixados em cada balaústre ou coluna, encaixando-se perfeitamente ao seu redor. A conexão dos fios deve ser totalmente interna e bem protegida. No pulsante dos interruptores deve ser apresentada a simbologia internacional.

Devem ser instalados painéis / sinalizadores que uma vez acionados, apresentem na cor âmbar ou vermelha, a frase “Parada Solicitada” juntamente com o seu símbolo internacional, facilitando a sinalização para crianças, estrangeiros e analfabetos.

Os sinais luminosos (displays) indicativos de solicitação de parada devem estar localizados em cada porta de desembarque e na tampa da Caixa de Vista, permitindo se, na impossibilidade desta última situação, estar instalado acima do primeiro banco de passageiros da fileira do lado direito ou do anteparo à ré do Posto de Comando. No Painel de Controles pode ser adotada uma simbologia para a indicação.

Na área reservada à cadeira de rodas deve existir interruptor de solicitação de parada com fácil acionamento pela pessoa portadora de deficiência, com o alarme sonoro diferenciado da solicitação de parada comum, associado a uma indicação visual no Painel de Controles.

* + 1. **BALAÚSTRES, CORRIMÃOS E COLUNAS**

Os balaústres, corrimãos e colunas devem ser construídos com tubos de aço inoxidável ou alumínio, de seção circular e diâmetro externo compreendido entre 0,03m (três centímetros) e 0,04m (quatro centímetros).

Os balaústres, colunas e corrimãos devem atender a norma ABNT 14022:2009.

Todos os veículos devem ser equipados com, no mínimo, dois corrimãos superiores paralelos e afastados, de modo que a projeção de cada um corresponda à extremidade do assento do corredor de cada fila.

Nos corrimãos e balaústres devem ser instaladas alças móveis, conforme ABNT 15570:2009.

Os balaústres devem ser montados junto aos bancos, alternadamente do lado direito e esquerdo do corredor de circulação. Junto à porta traseira, deve ser instalada uma coluna.

A base de fixação das colunas no chão deve ser instalada de forma que não dificultem a locomoção dos passageiros pelo interior do veículo.

* + 1. **APOIOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE**

Alças ou balaústres devem guarnecer a entrada e as saídas do veículo, instalados sempre no interior da carroceria, admitindo-se fixá-los nas folhas das portas desde que somente se projetem para o exterior quando estiverem abertas.

Os corrimãos montados para embarque e desembarque, nos veículos com porta dupla, devem seguir a inclinação do piso da escada, e sempre no interior da carroceria.

* + 1. **ILUMINAÇÃO INTERNA**

A iluminação artificial do veículo deve ser produzida por fonte de luz fluorescente ou equivalente, sendo o comando colocado junto ao posto do motorista.

**‘**

O arranjo das luminárias deve oferecer uma iluminação uniforme, com o índice de luminosidade não inferior a 140 (cento e quarenta) lux, à distância de 1,00m (um metro) do nível do piso do veículo.

No entanto, a fim de não prejudicar a segurança operacional do motorista, no seu posto, até a primeira fila de poltrona atrás do mesmo, admite-se uma iluminação com índice de luminosidade não inferior a 30 (trinta) lux, de maneira a evitar reflexos no para-brisa e nos espelhos. A alimentação do sistema de iluminação deve se feita por no mínimo dois circuitos independentes, de maneira que na falha de um o outro circuito garanta no mínimo 40 % da iluminação total. Uma luminária deve ser instalada na região de embarque e desembarque do veículo, com índice de luminosidade não inferior a 30 lux, medida a 1 m acima da superfície dos degraus da escada, acionada pelo mecanismo de abertura da porta. Essa iluminação deve possibilitar a visualização da área externa ao veículo, junto à porta de acesso.

No posto de comando e no posto de cobrança também devem ser instaladas luminárias com controle independente.

* + 1. **CAIXA DE VISTA**

A caixa de vista deve ter um comprimento externo mínimo de 2,10m (dois metros e dez centímetros) e uma altura externa mínima de 0,20m (vinte centímetros). Deverá ser adotada caixa de vista eletrônica ou similar.

* + 1. **PAINEL DE INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS**

Deverá ser previsto conexão para instalação de painel digital de informação aos usuários atrás da “cabine” do motorista.

* + 1. **PINTURA EXTERNA**

Os veículos deverão ser pintados e conter elementos gráficos de comunicação e informação visual conforme especificado pela contratante no momento da assinatura da Ordem de Compra/Fornecimento.

* + 1. **LIXEIRAS**

Os veículos deverão prever a instalação de lixeiras na área de circulação, sendo pelo menos uma na parte anterior e outra na parte posterior do veículo.

* + 1. **VALIDADORES E CATRACAS**

Os veículos deverão possibilitar a instalação de validadores e catracas junto à porta de entrada e perto do motorista, de forma que este possa visualizá-lo e controlá-lo.

* + 1. **PAINEL DE INSTRUMENTO**

O painel de instrumento além do computador de bordo que deverá receber os sinais dos dispositivos monitorados e permitir a telemetria, contará com tacômetro, manômetro de ar dos freios, velocímetro, controle da iluminação e intensidade do painel, tacógrafo eletrônico diário, indicador do nível de armazenamento da bateria, entre outros.

Dentre as funções do computador de bordo encontram-se, no mínimo:

* Definição da velocidade limite;
* Velocidade média e hodômetro;
* Tempo e distância do percurso;
* Temperatura no interior e no exterior;

**‘**

* Nível da bateria;
* Autonomia restante estimada;
* Diagnóstico de falhas via Rede CAN ou outra similar;
* Outras funcionalidades;

As luzes de alerta deverão estar no painel de controle e de fácil visualização por parte do motorista tais como; baixo nível de armazenamento da bateria, baixa pressão de ar do sistema de freio, mau funcionamento do sistema de ABS, sobreaquecimento do sistema de refrigeração, portas de embarque / desembarque abertas, entre outras.

* + 1. **ACESSIBILIDADE**

A acessibilidade deverá propiciar a condição de utilização por qualquer pessoa, com segurança e autonomia, total ou assistida. Trata-se de um fator determinante para a aplicação operacional no sistema de Transporte Público e, portanto, todos os veículos definidos neste item deverão ser acessíveis. A ABNT NBR 14022 em conjunto com a NBR 15570, sendo possível, inclusive, seu enquadramento às novas normas estabelecidas para este tipo de veículo que estabelece os parâmetros e critérios técnicos a serem observados em todos os elementos do sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros e suas diretrizes, que visam proporcionar acessibilidade com segurança. Os veículos propostos para aquisição deverão atender as resoluções das normas supracitadas, bem como demais instrumentos normativos.

Os veículos propostos poderão conter novas tecnologias ou dispositivos, desde que apresentem supremacia em relação às atuais, que visem o seu aprimoramento em termos de conforto, segurança, desempenho, durabilidade e minimização dos impactos ambientais.

Cada veículo deverá vir equipado com 01 (uma) prancha a fim de permitir o embarque e desembarque dos passageiros portadores de deficiência física tanto nas plataformas altas como nas baixas, conforme norma regulamentadora vigente (Ex: ABNT NBR 15646:2008).

* 1. **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS CHASSIS, MOTORIZAÇÃO E SISTEMAS**

Os veículos em geral deverão observar estritamente as resoluções e normas ambientais e de transporte vigentes.

A suspensão deve ser pneumática ou mista e deve atenuar vibrações induzidas na carroceria oriunda de imperfeições no pavimento, e deve ser provida de suficiente rapidez de resposta corretiva à inclinação lateral do veículo em curvas.

Todos os veículos deverão observar as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, no que tange ao sistema de freio de veículos.

O sistema de freios deve ser no mínimo, ABS e regenerativo, podendo ser alterado no caso da existência de tecnologia superior em termos de eficiência e segurança.

Os veículos devem possuir tração elétrica com autonomia mínima de 250 km, poderá utilizar a Metodologia UITP SORT como parâmetro balizador.

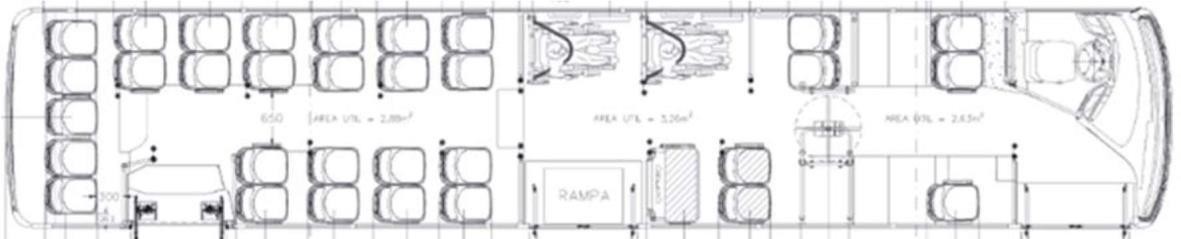
O motor deve proporcionar no mínimo potência líquida equivalente a 250 CV, assegurando a relação

“potência líquida/peso bruto total máximo” igual ou superior a 10 CV/ton. A bateria deve possuir capacidade de

**‘**

armazenamento suficiente para assegurar a autonomia mínima exigida para o veículo, assim como garantir o devido funcionamento dos componentes eletrônicos do veículo e demais componentes que possam vir a ser instalados, como: computador de bordo e módulo de comunicação, dispositivo de validação, dispositivo de contagem de passageiros, sistema de informação ao usuário e câmeras de segurança.

Os veículos em geral deverão observar a regulamentação aplicável do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO), no que tange à relação potência/peso dos veículos em geral. Para fins exemplificativos, apresentamos abaixo uma planta referencial do modelo de veículo proposto.

* + 1. **PLANTA REFERENCIAL DO MODELO DO VEÍCULO**

*\*Imagem meramente ilustrativa, não sendo indicativa do layout que será definido até o momento da assinatura do contrato.*

* + 1. **SISTEMAS INTELIGENTES**
       1. Os veículos deverão possuir no mínimo 03 (três) câmeras de monitoramento de segurança, sendo uma direcionada para a parte externa do veículo, e duas para monitoramento do salão de passageiros.
       2. As câmeras de monitoramento previstas nos itens 1.2.2.1 deverão possibilitar, além do monitoramento, a gravação de imagens.
       3. O veículo deverá possuir sistema de DVR, sistema de som ambiente e GPS. Também deverá possuir sistema de internet sem fio.
       4. Deverão possuir protocolos de comunicação tipo OCPP 1.6 ou superior definido por software para comunicação entre os veículos e a infraestrutura de carregamento.
    2. **EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EXTERNOS (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO)**.
       1. Todos os veículos deverão estar equipados com um Painel Eletrônico de Destino (letreiro frontal) que veicule informações perfeitamente visíveis, mesmo sob a incidência de luz natural ou artificial e sem o estreitamento dos caracteres, e nos termos da ABNT NBR 14.022, ou a que vier a substituí-la.
          1. A cor dos caracteres alfanuméricos deverá ser branca, facilitando a visibilidade e legibilidade pelas pessoas com baixa visão.
          2. O comprimento mínimo da área visível do painel eletrônico deve ser de 1.350mm, e a altura dos caracteres alfanuméricos deve ser proporcional à altura da Caixa de Vista, e nunca inferior a 150mm.
          3. O painel eletrônico deve ser do tipo LED, e possuir um número mínimo de 10 (dez) linhas e 112 (cento e doze) colunas, para garantir a resolução dos caracteres e ofertar eficiência de legibilidade e

**‘**

entendimento pelos usuários.

* + - * 1. O painel eletrônico de LED deve ser pintado em epóxi, na cor preta fosca, e os LED devem ser da cor branca e possuir alto brilho e elevada eficiência luminosa, com, no mínimo, 800 milicandelas por LED.
        2. A Luminosidade mínima do painel de LED deve ser de 810 lux, e o painel deve possuir um sensor de luminosidade que permita a regulagem automática de níveis diferentes de intensidade da luminosidade.
        3. O painel de LED deve apresentar proteção contra inversão de polaridade, atender um range de voltagem entre 10 e 32Vcc e possuir proteção contra picos espúrios de tensão, decorrentes da partida do veículo.
        4. A exibição da mensagem deve ser isenta de cintilação, para evitar desconforto visual para os usuários.
        5. As mensagens expostas no painel eletrônico devem ser pré-programadas, transmitidas para a memória do equipamento embarcado no veículo por meio de conexão com uma unidade de transferência móvel e remota, e o software para criação, exposição e gerenciamento remoto de mensagens deve estar incluído com o fornecimento do veículo.
        6. O painel eletrônico deve ter uma central de comando que reproduza internamente a mensagem exposta. A unidade de controle deve apresentar iluminação do visor, teclado próprio e controlar todos os painéis do veículo, inclusive os internos.
        7. O sistema do painel eletrônico deve permitir comunicação com os painéis laterais, traseiro e outros que existirem no veículo, e possibilitar a interface com sistema de áudio (som ambiente), comandado pelo operador (viva-voz) ou de forma “sintetizada” (eletrônica), objetivando prestar informação a analfabetos, idosos, crianças e pessoas com deficiência visual, presentes no ponto de parada e/ou no veículo.
        8. A alimentação do painel eletrônico deve ser compatível com a capacidade das baterias do veículo, considerando-se o consumo dos demais equipamentos eletrônicos deste.
        9. O painel deve atender as especificações técnicas de proteção automotiva para eletrônica embarcada, não possuindo placas, componentes eletrônicos ou fios (exceto os de alimentação) expostos, ou com a possibilidade de contato manual com eles.
      1. Todos os veículos deverão estar equipados com um Painel Eletrônico Traseiro para informar o número e/ou código da linha operada, devendo estar posicionado na parte superior do vidro traseiro. O painel eletrônico traseiro deve estar conjugado com o painel eletrônico de destino (frontal).
         1. O painel eletrônico traseiro deve atender a todas as características construtivas, técnicas e funcionais descritas no item 1.2.3.1.
         2. O comprimento mínimo da área visível do painel eletrônico deve ser de 350mm, e a altura dos caracteres alfanuméricos nunca deve ser inferior a 90mm.
         3. O painel eletrônico deve ser do tipo LED, e possuir um número mínimo de 8 (oito) linhas e 40 (quarenta) colunas.

**‘**

* + - * 1. Deverá existir uma carenagem de proteção do painel eletrônico traseiro de forma a impedir acesso dos usuários ao equipamento.
      1. Todos os veículos deverão estar equipados com um Painel Eletrônico Auxiliar para complementar com informações de itinerário da linha operada, devendo estar posicionado na base inferior do para-brisa, do lado direito. O painel eletrônico auxiliar deve estar conjugado com o painel eletrônico de destino (frontal).
         1. O painel eletrônico auxiliar deve atender a todas as características construtivas, técnicas e funcionais descritas no item 1.2.3.1.
         2. O comprimento mínimo da área visível do painel eletrônico deve ser de 800mm, e a altura dos caracteres alfanuméricos nunca deve ser inferior a 100mm.
         3. O painel eletrônico deve ser do tipo LED, e possuir um número mínimo de 8 (oito) linhas e 60 (sessenta) colunas.
         4. Deverá existir uma carenagem de proteção do painel eletrônico auxiliar de forma a impedir acesso dos usuários ao equipamento.
      2. Todos os veículos deverão estar equipados com um Painel Eletrônico Lateral para complementar com informações de itinerário da linha operada, devendo estar posicionado próximo à porta principal de acesso (porta dianteira). O painel eletrônico auxiliar deve estar conjugado com o painel eletrônico de destino (frontal).
         1. O painel eletrônico lateral deve atender a todas as características construtivas, técnicas e funcionais descritas no item 1.2.3.1.
         2. O comprimento mínimo da área visível do painel eletrônico deve ser de 800mm, e a altura dos caracteres alfanuméricos nunca deve ser inferior a 50mm.
         3. O painel eletrônico deve ser do tipo LED, e possuir um número mínimo de 8 (oito) linhas e 60 (sessenta) colunas.
         4. Deverá existir uma carenagem de proteção do painel eletrônico lateral de forma a impedir acesso dos usuários ao equipamento.
      3. A contratada poderá apresentar para avaliação pela contratante painéis eletrônicos com especificações diferentes das listadas no item 1.2.3., desde que atendidas todas as exigências legais e previstas em normas técnicas vigentes.
         1. Só serão autorizados painéis eletrônicos com especificações diferentes das exigidas no item
    1. Caso haja prévia autorização pela contratante, conforme descrito no item 1.2.3.5.
    2. **SISTEMA ELÉTRICO**
       1. O sistema elétrico do chassi de acordo com a ABNT NBR 15.570 deverá ser adequado para receber a demanda dos equipamentos e dispositivos especificados embarcados, ou seja, ar-condicionado, painel eletrônico, computador de bordo, GPS, ITS, iluminação do veículo, ventilação interna, câmeras e painéis, sistemas de informação ao usuário, catracas com validadores na parte frontais, etc.
       2. Toda fiação condutora dos veículos, como chicotes elétricos entre outros, deverá ser do tipo não propagadora de chamas, ou seja, anti-chama. Segundo a norma supracitada deverá haver um painel de

**‘**

proteção contra sobrecarga no veículo, instalado em local protegido contra impactos e penetração de água e poeira.

* + 1. **BATERIAS DE TRAÇÃO**

As baterias de tração deverão obedecer às especificações mínimas presentes na tabela abaixo.

**Tabela 1 – Especificações mínimas das Baterias de Tração**

|  |  |
| --- | --- |
| Potência máxima de carregamento DC (Direct Current) | A partir de 160 kW, podendo ser dividido em até 2 (dois) plugues |
| Baterias | Capacidade mínima de 350 kW |
| Tomada para carregamento | CCS combo 2 (CCS - Combined Charging System) com plugue de carregamento DC |

Até 8 (oito) anos a contar do início da operação do veículo, a qualquer momento em que o conjunto de baterias venha a perder sua capacidade de retenção de carga ocasionando a diminuição da autonomia do veículo abaixo de 176 km, já considerando a possibilidade de perda de 20% de autonomia, a contratada deverá efetuar a substituição total ou parcial do mesmo. Quando substituído, deverá utilizar equipamentos novos, a fim de preservar a qualidade e garantia do produto. Poderá utilizar a Metodologia UITP SORT como parâmetro balizador.

* + 1. **PESO BRUTO TOTAL (PBT)**

Será considerado o PBT constante no Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT), ou seja, o peso máximo que o veículo transmite ao pavimento e é constituído do peso próprio, chassi/carroceria ou monobloco, equipamentos, baterias, acessórios, extintor de incêndio, demais fluidos de arrefecimento e lubrificação, operadores e passageiros.

O PBT deverá ser de no máximo 17 (dezessete) toneladas.

* + 1. **OUTRAS EXIGÊNCIAS**

Além de atender as especificações aqui apresentadas, a contratada também está obrigada ao cumprimento das especificações contidas nas Normas Brasileiras da ABNT NBR 14022 – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros, ABNT NBR 15.570 – Especificações técnicas para a fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros, ABNT NBR 15.646 – Plataforma elevatória.

**‘**

1. **DA GARANTIA T**É**CNICA**
   1. O Fornecedor deverá prover Garantias Técnicas aos Ônibus, objeto desta licitação, de modo a assegurar a integridade, a segurança e a qualidade satisfatórias desse objeto em relação ao serviço a ser desempenhado, conforme tabela abaixo:

**Tabela 2 – Garantia Técnica Mínima**

|  |  |
| --- | --- |
| **Componentes** | **Garantia Técnica mínima** |
| Carroceria, chassi e motor elétrico | 2 (dois) anos |
| Sistema elétrico de alta voltagem (\*) | 2 (dois) anos |
| Componentes do chassi | 1 (um) ano |
| Componentes da carroceira, incluindo  equipamentos embarcados do SCO (\*\*) | 1 (um) ano |
| Sistema de climatização | 1 (um) ano |
| Conjunto de Bateria | 8 (oito) anos (\*\*\*) |

(\*) O sistema elétrico de alta voltagem dos veículos inclui as baterias dos ônibus e sua infraestrutura para recarga.

(\*\*) Os equipamentos embarcados abrangem aqueles sob responsabilidade do Fornecedor e identificados no item 1.2.4 desta Seção.

(\*\*\*) Com perda de eficiência máxima de 25%

1. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA LOCAL**
   1. A assistência técnica ocorrerá no pátio ou local de estocagem do veículo, no período da madrugada, em um prazo não superior a 72 horas, contando a partir da abertura de chamado do operador responsável pela frota para a central de atendimento da contratada, onde deve informar a ocorrência que justifique a necessidade de assistência.
   2. É de responsabilidade da contratada fornecer central de atendimento 24 horas, equipe técnica especializada, peças e equipamentos técnicos necessários, desde que se enquadrem nas garantias estabelecidas no item 13, bem como o deslocamento destes até o local onde se realizará o serviço de manutenção.

**‘**

**APENSO II AO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CARREGADOR – 160 KWH**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Voltagem | Sistema 500V | Sistema 750V |
|  | | |
| Dimensões | 750 x 750 x 1850 mm | |
| Modo de instalação | Instalação fixa | |
| Cabo de carregamento | 5m (configuração customizável) | |
| Temperatura de operação | -20°C ~ +50°C | |
| Humidade relativa | 5% RH ~95% RH | |
| Altitude | S2000m | |
| Classificação de entrada | AC 323V – 456V | |
| Via de carregamento | Carregamento rápido | |
| Máximo Potência de saída | 160 KW | |
| Voltagem de saída | 200 – 500V | 250 – 750V |
| Corrente de saída | 0 – 250A | 0 – 250A |
| Trava eletrônica | 12v liga/desliga | |
| Fonte auxiliar BMS | 12Vdc ou 24Vdc (LCD painel) | |
| Número de conector de carregamento | 1 ou 2 | |
| Modelo do conector de carregamento | CCS 2 | |
| **Performance** | | |
| Fator de potência de carga total | ≥ 0.99 | |
| Eficiência | > 95% | |
| Pagamento | Leitora de Cartão, APP, reconhecimento automático  VIN, carga agendada | |
| Classificação do gabinete | ≥ IP54 | |
| Carregadores | 1 (um) ano | |

Subsecretaria de Mobilidade

**‘**

ANEXO II TERMO DE CONTRATO

**‘**

**CONTRATO Nº \_/2024.**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE**

**, REPRESENTADO PELO (ÓRGÃO CONTRATANTE) E A EMPRESA (CONTRATADA)**

O Município de Niterói/RJ, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade , sediada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 12º e 13° andar, Centro, Niterói- Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, neste ato representadas pelo Secretario Municipal de Urbanismo e Mobilidade , , portador ds Matrícula Funcional nº ,doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº

............................, sediado(a) na ..................................., em doravante designado CONTRATADO, neste

ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU**

procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº /2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal de Niterói 14.730/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

* 1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE ATÉ 50 (CINQUENTA) ÔNIBUS ELÉTRICOS MODELO BÁSICO E ATÉ 25 (VINTE E CINCO) CARREGADORES DE 160 KWH,** conforme condições, quantidades e exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.
  2. **Objeto da contratação:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO CLARA E**  **DETALHADA do objeto ofertado, anexando-se, quando possível, prospectos em Português e ainda informação de: Marca; Nome do Fabricante; País de Procedência e Garantia/Validade.** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** | **VALOR TOTAL (R$)** |
| **01** | **Ônibus básico elétrico**, categoria M3, conforme resolução n.º 959/2022 do Contran, e **especificações técnicas constantes nos anexos I e IV – Básico – ônibus elétrico.** | UN | **ATÉ 50** |  |  |
| **02** | **Carregador para ônibus elétrico**, potência máxima de saída de 160 Kwh. **Especificações técnicas**  **constantes nos anexos I e IV – Carregador – 160 KWh.** | UN | **ATÉ 25** |  |  |
| **VALOR TOTAL R$** | | | |  | |

**‘**

**Valor por extenso:**

* 1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
     1. O Termo de Referência;
     2. O instrumento convocatório, assim considerado o edital;
     3. A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
     4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;
     5. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência da contratação é o prazo definido para a entrega do objeto da contratação..

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. . Não é permitida a subcontratação do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

* 1. O valor da contratação é de R$ .......... (. ).
  2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
  3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

* 1. O CONTRATANTE deverá pagar ao CONTRATADO o valor total de R$ ......... ( ), diretamente na conta corrente nº

...... da agência , de titularidade do CONTRATADO, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Niterói,

**‘**

observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.

* 1. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.
  2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.
     1. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.
  3. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, sediada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 12º e 13° andar, Centro, Niterói- Rio de Janeiro, ou para o endereço eletrônico ( )
  4. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

1. a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
2. se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e

**‘**

1. eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
   * 1. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
     2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
     3. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
     4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.
   1. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.
      1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
   2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.
   3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
      1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
      2. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.9 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IGPM, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

* 1. Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo

**‘**

CONTRATADO, ficando vedada a emissão de nota de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados.

* + 1. A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

* 1. . Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em */ / (DD/MM/AAAA).*.
  2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
     1. O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.
  3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste..
  4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
  5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
     1. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.
  6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
  7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
  8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

1. da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
2. a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

**‘**

* 1. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
  2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
  3. O reajuste será realizado por apostilamento.
  4. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

* 1. São obrigações do Contratante:
     1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
     2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou projeto básico;
     3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
     4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
     5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
     6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
     7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.
     8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
        1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
     9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

**‘**

* + 1. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
    2. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
    3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.

* + 1. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico e Administrativo do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.
    2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de ordem de serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no termo de referência.
    3. Conceder, quando necessário, acesso aos locais de trabalho ou permissões de acesso remoto à CONTRATADA para finalidades estritamente associadas à execução dos serviços.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

* 1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
     1. A indicação, que deverá ser feita no prazo máximo de 24 horas após a assinatura do contrato, ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
        1. Na hipótese de afastamento do preposto, definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar à gestão do contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto em até 24 horas.
     2. Atender prontamente quaisquer orientações, pedidos de esclarecimentos e exigências da equipe de fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual, em prazo estipulado pelo CONTRATANTE, nunca inferior a 24 (vinte e quatro) horas ou superior a 10 (dez) dias corridos;
     3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
     4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais

**‘**

empregados;

* + 1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
    2. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
    3. Manter a regularidade junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.
       1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
   * 1. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
     2. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
     3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
     4. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
     5. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**‘**

* + 1. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
    2. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
    3. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
    4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
    5. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
    6. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
    7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
    8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
    9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
    10. A contratada tem a obrigação de manter atualizados seus dados de endereço físico, endereço eletrônico e telefones junto ao cadastro de fornecedores do Município, bem como informar a contratante qualquer eventual alteração.
    11. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
    12. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado de respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao número do Chassi, motorização, carroceria, marcas/modelos, ano de fabricação/modelo, entre outras necessárias ao faturamento e registro do veículo junto aos Órgãos de Trânsito.
    13. O objeto deve estar acompanhado de todos os manuais de operação e manutenção do veículo, com uma versão em português e da relação da rede de ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA e demais exigências contidas na

**‘**

contratação;

* + 1. Caberá à contratada promover, a suas custas, treinamento presencial necessário à operação do veículo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega dos veículos.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**
   1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
   2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
   3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
   4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
   5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
   6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
   7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
   8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
   9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
   10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
       1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
   11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na

**‘**

forma da LGPD.

* 1. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
   1. A critério do **CONTRATANTE** poderá ser modificado o local de entrega, para outro endereço no

**Município de Niterói,** sem qualquer tipo de **ônus adicionais**.

* 1. O recebimento e a aceitação dos objetos estarão condicionados à observância de suas descrições técnicas, cabendo à verificação e avaliação, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável pelo responsável.
  2. Apresentar o objeto com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo e bula) devem estar em língua portuguesa, separados por lotes e prazosde validade, com seus respectivos quantitativos impressos na Nota Fiscal.
  3. Não serão aceitos objetos diferentes dos especificados nos **Anexos I e IV**, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança (para aqueles objetos que houver) rompidos.
  4. O objeto desta licitação será recebido por servidor designado ou comissão:
     1. **Provisoriamente**: no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas nos **Anexos I e IV**, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;
     2. **Definitivamente**: no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.
  5. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.
  6. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer objeto que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente de boa qualidade, bem como determinar prazo para substituição do objeto eventualmente fora de especificação.
  7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Edital, seus anexos.
  8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital, seus anexos e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas Custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
  9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
  10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser precedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
  11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

* 1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

**‘**

* + 1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
    2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
    3. dar causa à inexecução total do contrato;
    4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
    5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
       1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
       2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
       3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
       4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
    6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
       1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
    7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
    8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
    9. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
    10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
        1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
        2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
        3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
        4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;
    11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**‘**

* + 1. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
  1. Serão aplicadas ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
     1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
     2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

1. multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;
2. multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;
3. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato; 12.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.
   * + 1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.
       2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.
       3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 12.13.
       4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156,

§ 7º, da Lei nº 14.133/2021.

* + 1. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
    2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**‘**

* 1. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
     1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).
     2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
     3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.
  2. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 30% do valor do Contrato.
     1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.
  3. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:
     1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
     2. as peculiaridades do caso concreto;
     3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
     4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
     5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  4. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

1. as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
2. a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

**‘**

* 1. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal;
  2. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.
  3. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.
     1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.
     2. A defesa prévia do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO será exercida no prazo de: a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 11.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

* + 1. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
  1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

1. a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
2. a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.
   * 1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 12.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.
   1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
   2. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
      1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à

**‘**

Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

* + 1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
       1. Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.
  1. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.
     1. O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.
  2. O CONTRATANTE deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.
  3. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.
     1. A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.
     2. O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá ser consultada.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

* 1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado.
  2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**‘**

* 1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
  2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
  3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137) bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
     1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art138) da mesma Lei.
     2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
        1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
  4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
     + 1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
       2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
       3. Indenizações e multas.
  5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art131)
  6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
  7. O contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação de multa, se comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública quando a CONTRATADA:
     1. prometer, oferecer ou der, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
     2. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
     3. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
     4. no tocante a licitações e contratos:

1. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
2. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
3. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
4. fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
5. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

**‘**

1. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
2. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública
   * 1. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

* 1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
     1. Fonte de Recursos:
     2. Programa de Trabalho:
     3. Elemento de Despesa:
     4. Nota de Empenho:

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis, em especial o Decreto 14.730/23 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

* 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124)
  2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
  3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
  4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art136)

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**‘**

* 1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art94) bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.
     1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

* 1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação e execução do objeto.
  2. **Para os propósitos deste caput definem-se as seguintes práticas:**
     1. **“**prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
     2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
     3. “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
     4. “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
     5. “prática obstrutiva”:
        1. destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração Pública do Brasil ou de países estrangeiros, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;
        2. atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Administração Pública do Brasil ou de países estrangeiros a promover inspeção.
  3. Considerando os propósitos acima elencados, a CONTRATADA concorda e autoriza que a Administração Pública do Brasil possa inspecionar o local de sua execução e todos os documentos, contas e registros a ele relacionados, aplicando-se as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**‘**

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – FORO (art. 92, §1º)**

* 1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1)

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**‘**

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**‘**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**AQUISIÇÃO DE FROTA DE ÔNIBUS ELÉTRICOS E CARREGADORES PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NITERÓI/RJ**

**‘**

# SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

**Processo Administrativo nº 9900054763/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

# INTRODUÇÃO

* + - 1. O presente **Estudo Técnico Preliminar - ETP** reúne o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para aquisição de frota de ônibus elétricos e carregadores com vistas a modernizar e qualificar o transporte coletivo rodoviário de passageiros na cidade através de maior sustentabilidade ambiental e tarifas mais justas, atendendo ao PMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade de Niterói/RJ – SMU.
      2. O **ETP** ora apresentado constitui a primeira etapa do Planejamento da Contratação, regido e tendo por base a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação pertinente buscando estabelecer as melhores e mais vantajosas condições de aquisição para atendimento das demandas necessárias ao adequado funcionamento do sistema em pauta.
      3. O Processo Administrativo 9900054763/2024, corresponde às necessidades geradas para a condução da futura aquisição de 50 (cinquenta) ônibus elétricos e infraestrutura de recarga composta por carregadores.

# OBJETO DO ETP

* + - 1. O Objeto do ETP é o Registro de Preços para futura aquisição de 50 (cinquenta) ônibus elétricos e infraestrutura de recarga, composta por carregadores, para atendimento às demandas do transporte coletivo por ônibus na cidade de Niterói/RJ.

# EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Foram indicados os seguintes funcionários para compor a comissão e equipe de planejamento:

**‘**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FUNÇÃO | | NOME | | SETOR | |
| Secretário - SMU | | José  Barandier Jr | Renato | Urbanismo  Mobilidade | e |
| SubSecretária  SSMOB | - | Ivanice Schütz | | Urbanismo  Mobilidade | e |
| SubSecretário  Urbanismo | de | Fabrício Arriaga | | Urbanismo  Mobilidade | e |
| Coordenador  PROJETOS | - | Betina L. Lopes de  Araújo | | Coordenadoria  Projetos | de |
| Assessor SMU | | Filipe Carvalho | | Urbanismo  Mobilidade | e |
| Assessora SMU | | Fernanda Mezavilla | | Urbanismo  Mobilidade | e |
| Arquiteto e Urbanista | | Joaquim Coimbra Martins da Silva | | Urbanismo Mobilidade | e |

# DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

* + - 1. O Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade – SMU, pretende fazer o registro de preço de 50 (cinquenta) ônibus elétricos, modelo básico, e infraestrutura de recarga composta por carregadores, com o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços de transporte por ônibus oferecidos aos munícipes, utilizando veículos mais confortáveis e dentro de padrões de sustentabilidade, a partir da substituição de veículos a combustão por veículos elétricos. Essa demanda visa reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) para um sistema de transporte público que realiza diariamente 195 mil viagens por ônibus, em atendimento à população.

Cabe ressaltar, que a não aquisição desta frota acarretará contínua insustentabilidade ambiental, econômica e social em âmbito local e global, em desacordo fundamentalmente com os princípios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - ONU-Habitat, 20151.

Neste contexto, a decisão de introduzir frota elétrica no sistema de transporte coletivo por ônibus da cidade, baseia-se fundamentalmente no fato de ser o transporte um setor-chave para a gestão energética, com relevância para estratégias de economia de baixo carbono. Mundialmente, emissões anuais de GEE (gases efeito estufa) aumentaram significativamente nos últimos anos, sendo o transporte, um dos principais responsáveis por este cenário (WRI, 2020). Segundo o IPCC, 2014 (*The Intergovernmental Panel on Climate Change*) em termos de emissões de GEE, coube ao setor de transporte, a responsabilidade por cerca de 14% das emissões mundiais. Para reverter ou estabilizar a quantidade de

1 *ODS é a sigla para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que fazem parte da chamada “Agenda 2030”. Trata-se de um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015, pelos 193 países membros. A agenda é composta por 17 (dezessete) objetivos ambiciosos e interconectados, desdobrados em 169 (cento e sessenta e nove) metas, com foco em superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030.*

**‘**

emissões, algumas medidas como: investimentos em eficiência energética, maiorreciclagem de materiais, e combustíveis com menor conteúdo de carbono são indicadas como necessárias, no escopo das orientações divulgadas pelo PBMC, Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, em 2014.

Da mesma forma, o 4º Relatório de Avaliação (*Assessment Report - AR4*) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, em 2014, defendeu a utilização de veículos elétricos à bateria para auxiliar na mitigação das mudanças climáticas, destacando que a eficiência energética desempenha um papel importante neste cenário. Os veículos elétricos avançados com baterias e fontes energéticas mais confiáveis são listados no Relatório citado, como tecnologias de mitigação no setor de transporte.

Outras análises de viabilidade vêm contribuindo para indicar a eletromobilidade como solução para mitigação de efeitos poluentes, a exemplo do estudo técnico conduzido em Monterrey, no México onde foi constatado que para 50 Kwh (energia equivalente a 5 litros de diesel ou 4,5 litros de gás), um ônibus elétrico a bateria poderia rodar 30 km, ao passo que um ônibus a diesel rodaria 12 km, e um ônibus a GNC, 8 Km (*Diagnóstico e Benchmarking sobre ônibus elétricos no contexto atual brasileiro, Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e Banco Mundial, 2022).*

Corroborando com estes resultados, estudos nacionais e internacionais elaborados nos últimos anos, cita-se: (i) Rede C40 – Grupo de Grandes Cidades para Liderança Climática em parceria com a CCI – Clinton Climate Iniciative; (ii) Fundação Clinton, com apoio financeiro do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, demonstram as grandes vantagens ambientais trazidas pela operação de ônibus com veículos elétricos, anulando a emissão de gases poluentes, e contribuindo com mais qualidade e expectativa de vida para a população de qualquer cidade.

Estes benefícios já respaldam a justificativa de investimentos neste tipo de ônibus. Primeiro pela valorização da vida e do meio ambiente, e depois pelos gastos que seriam evitados no sistema público de saúde relacionado à poluição e ao estresse provocado pelo barulho dos veículos que funcionam com combustíveis fósseis. No que se refere à operação dossistemas de transporte, de acordo com conclusões do C40 (*Climate Leadership Group*), as projeções apontam para reduções de custos de manutenção destes veículos, e economia de diesel tornando a prestação de serviços com este tipo de tecnologia, aquela mais econômica (num ciclo de vida útil de um ônibus, 10 (dez) anos).

Os ônibus elétricos já são uma realidade e uma alternativa viável para a transição energética no setor de transportes. No Brasil, a descarbonização não é apenas uma resposta às mudanças climáticas, mas também uma estratégia para qualificar o transporte público coletivo. Apesar dos benefícios inquestionáveis, as cidades enfrentam alguns desafios para implementar a eletromobilidade no transporte coletivo, em especial o alto custo de capital

**‘**

para aquisição dos veículos. Os custos operacionais e de manutenção dos ônibus elétricos são comprovadamente muito reduzidos se comparados com ônibus à diesel, o que representa, em longo prazo, uma economicidade muito superior à dos ônibus a combustão. No entanto, como mencionamos anteriormente, o custo de compra do veículo elétrico ainda é mais alto que o do ônibus convencional (cerca de três vezes mais caro). Por isso, o programa de financiamento do Governo Federal no âmbito do Novo PAC é essencial para viabilizar essa aquisição e obtenção de economia a partir da redução de custos operacionais e de manutenção no tempo. Isso se torna essencial para reduzir os custos do sistema de transporte público coletivo em Niterói e garantir, consequentemente, o equilíbrio econômico- financeiro doa contratos de concessão, bem como a sustentabilidade do sistema.

Isto posto, em linhas gerais, dentre as alternativas tecnológicas analisadas pela PMN – Prefeitura Municipal de Niterói, através dos estudos coordenados pela SMU – Secretaria de Urbanismo e Mobilidade, em alinhamento aos preceitos do Plano Niterói que Queremos a às diretrizes do PMUS-Plano de Mobilidade Sustentável de Niterói, coube à eletromobilidade ser a melhor solução dentre aquelas estudadas, tendo-se presente 03(três) ordens de benefícios: os ambientais, uma vez que contribui com a redução da emissão de gases de efeito estufa, não emitindo material particulado e outros agentes contaminantes; os sociais, uma vez que colabora com a melhoria das condições de saúde da população, sobretudo no meio urbano, e; os econômicos, com a possibilidade de redução de custos operacionais e por meio da garantia de modicidade tarifária, obtém-se fomento a novos negócios, acesso ao trabalho, educação, lazer e renda, entre outras oportunidades urbanas.

# SETOR REQUISITANTE

* + - 1. Secretaria de Urbanismo e Mobilidade SMU – Niterói/RJ

# DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, os requisitos de confiabilidade, segurança, manutenção, conforto e conservação ambiental, além das especificações contidas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais referenciais normativos das esferas federal, estadual e municipal, sendo possível, inclusive, seu enquadramento às novas normas estabelecidas para este tipo de veículo.

**‘**

Caso empresas estrangeiras tenham interesse em fornecerem os produtos que se pretende adquirir deverão comprovar, por meio de documentação equivalente, o cumprimento de todos os requisitos, legislações e especificações estabelecidas pela Municipalidade. Os veículos que se pretende adquirir para o Sistema de Transporte Público Coletivo de Niterói terão o seguinte tamanho proposto:

Tipo: BÁSICO; Modelo: PISO BAIXO TOTAL; Comprimento: mínimo 12 Metros e máximo 13 metros; Passageiros: Mínimo 70 Passageiros em pé e sentados; Acessibilidade: Espaço para 01 cadeirante com acesso por rampa.

# Requisitos de Negócio da Solução

* + - 1. A solução a ser adotada deverá ser capaz de reduzir a emissão de poluentes causadas pela queima de combustíveis fósseis presentes nos veículos a diesel, qualificar o sistema de transporte coletivo por ônibus com uma tecnologia limpa e silenciosa, reduzir custos operacionais, sobretudo com substituição de um dos principais insumos de produção (combustível), para que assim sejam alcançados objetivos de sustentabilidade e promoção do transporte coletivo.

# Requisitos Legais da Solução

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

* Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
* Decreto Municipal nº 14.730/2023, especialmente quanto ao que dispõem os artigos 30 a 33;
* Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
* Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

**‘**

# Requisitos Gerais da Solução

Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

* aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
* compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
* comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
* aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
* compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
* combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
* adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da Contratada;
* garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

# LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado levantamento de Mercado para verificar se outros municípios e empresas públicas realizam contratações com serviços semelhantes.

Através da pesquisa é possível verificar que a aquisição de ônibus elétricos com a respectiva infraestrutura vem sendo realizada por diversos municípios. Inclusive através do Novo PAC- eixo renovação de frotas, o governo federal visa prover o fomento desta nova tecnologia.

Abaixo alguns dos resultados encontrados:

* Prefeitura do Município de Cascavel-PR PREGÃO ELETRÔNICO Nº43/2022
* CONTRATO: Registro de preços para futura aquisição de 15 (quinze) ônibus elétricos, sendo: 02 (dois) articulados e 13 (treze) padron, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos; carregadores e estação eletroterminal licitados separadamente;

**‘**

* COMENTÁRIO: Objeto semelhante, porém o município licita somente os ônibus elétricos
* Prefeitura do Município de Salvador-BA
* CONTRATO: LICITAÇÃO Nº02/2022 CONCORRÊNCIA 02/2022 Implantação de Infraestrutura e aquisição de equipamentos de recarga de baterias de ônibus elétricos do sistema BT de Salvador;
* COMENTÁRIO: Objeto semelhante, porém, neste o município licita somente os carregadores elétricos e infraestrutura de recarga.

# Justificativa quanto à utilização da pesquisa com fornecedores

* 1. Em pesquisa não foram encontrados registros nos sites de banco de preços, Comprasnet e Menor Preço, de ônibus elétricos Básico e carregadores DC 160 KWh a serem licitados, sendo então realizada pesquisa de preços diretamente com fornecedores de veículos elétricos, por se tratar de produtos com alto grau de especificidades tecnológicas e componentes importados.
  2. A ampla pesquisa de preços foi realizada com o encaminhamento de e-mails para diversos fornecedores, convidando os mesmos a encaminharem seus orçamentos para identificarmos o valor de mercado dos veículos, conforme pode ser observado no documento que deflagra esta contratação futura; os e-mails retornados e suas respectivas propostas constam no corpo destes documentos.

# Avaliação comparativa

* + 1. Diversas empresas podem prestar os serviços, por se tratar de serviço comum, disponíveis no mercado.
    2. Foram analisadas contratações similares formalizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

**‘**

* + 1. Análises das soluções disponíveis no mercado
       1. Para avaliação da melhor forma de atendimento à demanda apresentada foram consideradas quatro modelos para a contratação da solução para a demanda identificada.
       2. Demanda: Aquisição de Frota de 50 ônibus elétricos e 25 carregadores de energia para operação nos serviços do transporte coletivo por ônibus de Niterói/RJ
       3. Soluções possíveis:
       4. MODELO PRIVADO (OPERADOR): propriedade dos produtos (ônibus e carregadores) e implantação de infraestrutura de recarga é responsabilidade dos Consórcios Operadores dos serviços de transporte coletivo por ônibus;
       5. MODELO PÚBLICO (PODER PÚBLICO): o Poder Público (Prefeitura Municipal de Niterói) é proprietário dos ônibus elétricos e carregadores, e o Operador é responsável pela implantação da infraestrutura de carregamento. O Poder Público concedendo os produtos aos Consórcios Operadores para a prestação dos serviços na cidade;
       6. MODELO MISTO (OPERADOR + PODER PÚBLICO): a frota de ônibus elétricos e carregadores são propriedade dos Consórcios de ônibus, os quais foram adquiridos com recursos dos Operadores (em valores compatíveis com o valor de aquisição de frota a diesel) e recursos do Poder Público (a Administração Municipal complementa o valor da diferença para aquisição de frota elétrica, sendo o valor dos carregadores somado ao valor final); a infraestrutura de carregamento também é de responsabilidade do Operador;
       7. MODELO LEASING (FORNECEDOR DE ENERGIA): a frota de ônibus elétricos, os carregadores e a infraestrutura de carregamento são adquiridos e implementados pelo Agente fornecedor de energia, o qual aluga o produto aos Operadores do sistema de transporte coletivo.

**‘**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modelo** | **Alternativa** | **Forma de Ação** | **Problemas** |
| **A** | **PRIVADO (OPERADOR)** | **Os veículos elétricos são comprados e financiados pelo Operador, juntamente com os carregadores. A infraestrutura de carregamento é implantada pelo**  **Operador.** | **Alto capital de investimento inicial necessário/ o tempo de vida útil das baterias- veículo é maior que o tempo de término contratual das**  **concessões** |
| **B** | **PÚBLICO (PODER PÚBLICO)** | **Os veículos elétricos são comprados pelo Tesouro Municipal, juntamente com os carregadores. A infraestrutura de carregamento é implantada pelo**  **Operador.** | **Riscos de uso sobre os bens de propriedade municipal concedidos aos Operadores para prestação dos serviços** |
| **C** | **MISTO (OPERADOR + PODER PÚBLICO)** | **Os veículos elétricos e carregadores são de propriedade do Operador, sendo que a Prefeitura complementa a diferença de preços da compra dos veículos a diesel em relação aos elétricos. O valor de compra dos carregadores é somado ao valor do produto final. A infraestrutura de carregamento é implantada pelo Operador.** | **Dispêndio de custos da Prefeitura sem retorno de valor residual** |
| **D** | **LEASING (FORNECEDOR DE ENERGIA)** | **Modelo Leasing: Os veículos e carregadores juntamente com a infraestrutura de carregamento são alugados pelo Operador por Concessionária de Energia.** | **Modelo Leasing apresentou custos maiores em relação à operação com veículos diesel para Niterói** |

* + - * 1. Tomando por base a premissa acima exposta e para um melhor entendimento dos modelos de contratação propostos neste estudo, foi elaborada uma tabela comparativa com pontuação das características de cada modelo, seguindo um critério onde se classifica como PP (Ponto Positivo) ou PN (Ponto Negativo).
        2. Deste modo, caracteriza-se como modelo com maior vantajosidade aquele com maior quantitativo de Pontos Positivos (PP).
        3. Considerando: **Modelo A** - Privado; **Modelo B** - Público; **Modelo C** – Misto;

**Modelo D** – Leasing.

**‘**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Caraterística da contratação** |  | **Modelo A** |  | **Modelo B** |  | **Modelo C** |  | **Modelo D** |
| Cumprimento de metas ambientais |  | PP |  | PP |  | PP |  | PP |
| Redução de GEE |  | PP |  | PP |  | PP |  | PP |
| Expectativa de aumento de usuários do transporte público |  | PP |  | PP |  | PP |  | PP |
| Redução da tarifa para o usuário |  | PP |  | PP |  | PP |  | PP |
| Redução de custos de investimento pelo operador |  | PN |  | PP |  | PP |  | PN |
| Alto capital de investimento inicial |  | PN |  | PN |  | PN |  | PP |
| Redução de custos de operação e manutenção |  | PP |  | PP |  | PP |  | PP |
| Garantia de implantação de tecnologia limpa sem investimento do operador |  | PN |  | PP |  | PN |  | PN |
| Retorno de valores residuais ao município |  | PN |  | PP |  | PN |  | PN |
| **TOTAL DE PP:** |  | **5** |  | **8** |  | **6** |  | **6** |

**‘**

# Custo total de propriedade projetado no caso de aquisição de produtos

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Soluçã o** | **Custo Total de Propriedade Projetado (considerando o tempo de vida**  **útil do Ativo)** | | | | | | |
| **Ativo s** | **Insum os** | **Garant ia** | **Manutenç ão** | **Recurs os Human**  **os** | **Outro s Custo**  **s** | **Cust o Tota**  **l** |
| Soluçã  o 1 |  |  |  | N/A | N/A | - |  |
| Soluçã o 2 |  |  |  | N/A | N/A | - |  |
| Soluçã o 3 |  |  |  | N/A | N/A | - |  |

* + - * 1. **Custo total projetado para cada solução para a prestação dos serviços**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Solução** | **Custo Total Projetado (considerando o período de vigência do**  **contrato a ser firmado)** | | |
| **Descrição Sucinta** | **Período de vigência do**  **contrato** | **Preço Global Projetado** |
| Solução  1 |  | 12  meses |  |
| Solução  2 |  | 12  meses |  |
| Solução  3 |  | 12  meses |  |

# Escolha do objeto da contratação

De acordo com informações apresentadas neste estudo podemos afirmar que dentre os parâmetros analisados, a eletromobilidade foi a tecnologia que se mostrou mais apropriada à prestação dos serviços do transporte coletivo por ônibus em Niterói, incluindo os ônibus elétricos e os carregadores de energia, necessários à composição da infraestrutura de implantação da mudança tecnológica.

**‘**

Os fundamentos que caracterizaram tal escolha tecnológica convergem com as diretrizes de gerenciamento adotadas pela Administração do Município de Niterói frente às mudanças climáticas, com intuito de atendimento (i) às metas estabelecidas no Acordo de Paris, (ii) ao compromisso com a implementação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e (iii) aos esforços para reduzir as emissões de gases do efeito estufa limitando o aquecimento global requerido pelas cidades.

Neste sentido, o Programa “Niterói que Queremos”, plano estratégico elaborado para ser utilizado como orientador das políticas públicas e investimentos na cidade ao longo dos próximos 20 anos, já definia como um de seus principais desafios, a temática da “Niterói Vibrante e Atraente”, onde o eixo da “Niterói Verde” preconizava a importância da redução dos gases de efeito estufa e descarbonização da economia. Seguindo estas orientações, o governo municipal criou a Seclima-Secretaria do Clima, a primeira secretaria desta natureza no Brasil, consolidando a política governamental de concentração na questão climática. Dentre as principais ações desenvolvidas pela Seclima estão: o compromisso reafirmado por Niterói em zerar emissões líquidas de carbono até 2050, bem como, a adesão à Declaração de Edimburgo, documento de posicionamento dos governos locais de todo o mundo em contribuição à negociação do Novo Marco Global para a Biodiversidade Pós- 2020.

Tendo presente a relevância do setor de transporte público como um dos fatores mais poluentes no ambiente urbano, a Prefeitura Municipal de Niterói direcionou esforços buscando definir nova tecnologia que estivesse alinhada com estas diretrizes, lembrando que, a exemplo de outras grandes cidades brasileiras, Niterói apresenta uma estrutura de transporte público de passageiros fortemente concentrada no modal rodoviário, apesar das enormes externalidades negativas geradas por estes sistemas. Diariamente, o serviço de transporte público rodoviário de Niterói gera cerca de 195 mil viagens.

Para isto, empreendeu inúmeras iniciativas que congregaram: desde a elaboração de estudos técnicos sobre categorias de alternativas tecnológicas para operação do sistema de transporte coletivo por ônibus, benchmarking sobre o tema com a Sptrans/SP (gestora do sistema de transporte coletivo de São Paulo), convênios específicos com a Academia (UFF- Universidade Federal Fluminense), participação de técnicos da Prefeitura de Niterói em eventos sobre mobilidade sustentável (C40, Euroclima), até coordenação e execução de testes operacionais com tecnologias de ônibus elétricos de diferentes fornecedores.

Os estudos e análises tiveram como foco a mitigação do cenário de insustentabilidade urbana, através da eliminação de emissões a partir da otimização dos sistemas de transporte coletivo operando com insumos energéticos mais limpos e/ou renováveis. Os

**‘**

sistemas propulsores dos veículos pois, necessitariam envolver sistemas de propulsão alternativos de combustíveis renováveis, onde a combustão por diesel ou derivados fósseis fossem substituídos por um sistema com tecnologia zero emissões de poluentes.

De forma geral, nos estudos técnicos realizados foram analisadas 04 (quatro) categorias principais de alternativas tecnológicas:

1. Ônibus Híbridos, os quais possuem 02 (dois) motores, um motor a combustão interna, podendo ser alimentado por diesel, gasolina, gás natural, etanol, entre outros, e um motor elétrico. Existem dois tipos de ônibus híbridos. No primeiro caso, o ônibus híbrido convencional, o motor elétrico tem a função de apoiar o motor a combustão nos momentos de maior demanda de potência (aceleração) e nos momentos de menor rendimento do motor. Estes veículos têm um sistema de frenagem regenerativa, com a qual aproveita-se do movimento cinético das rodas para impulsionar o gerador que carrega a bateria. Em média, a redução no consumo de energia alcançada pela regeneração pode ser de 20% a 30%, em linhas urbanas com pequenas distâncias entre os pontos de ônibus. No segundo caso, o Ônibus Híbridos Plug-In, os veículos podem ser recarregados por uma fonte de energia externa. Uma vantagem dessa tecnologia é a possibilidade de operar em modo totalmente elétrico por determinadas distâncias (PNME, 2022).
2. Ônibus Elétricos a Bateria, os quais também podem ser chamados de elétrico puros, visto que utilizam um conjunto de baterias para se movimentar. A energia elétrica é fornecida por meio de uma fonte externa armazenada em uma bateria e convertida em força motriz por um motor elétrico;
3. Trólebus, os quais são veículos que utilizam um sistema de tração elétrica, na qual a alimentação do motor é realizada por meio de uma catenária, composta por dois cabos aéreos suspensos ao longo da via. O veículo é conectado a essa infraestrutura por duas hastes pelas quais recebe a energia elétrica (PNME, 2022);
4. Ônibus com células de combustível a hidrogênio, os quais utilizam hidrogênio para produzir eletricidade em uma célula a combustível. Estes ônibus precisam de uma infraestrutura especial para seu abastecimento. Existem também outras opções de ônibus movidos a combustíveis fósseis de baixa emissão, mas que possuem um motor de combustão interna, são eles: ônibus com tecnologias de motor Euro VI que atendem às metas máximas de emissão definidas pelas Normas Euro, ônibus movidos a Gás Natural Veicular (GNV) e ônibus movidos a biocombustíveis como Biodiesel, Biometano e Diesel de Cana de Açúcar (BARASSA et al., 2022).

A partir deste referencial, a energia elétrica plena, dedicada, foi aquela que conferiu menores índices de emissão de gases poluentes, menores custos operacionais, assim como níveis mais elevados de eficiência energética.

Sendo assim, a eletromobilidade viabilizou-se como o modelo tecnológico a ser adotado, apresentando aspectos que corroboram efetivamente para o alcance de uma economia de baixo carbono, promovendo cidades mais sustentáveis com uma melhor qualidade do ar. A

**‘**

partir daí, impactos negativos econômicos e sociais inerentes a este setor são reduzidos, com expectativas de melhoria de vida para a população local.

* + - 1. Ressalta-se por fim os seguintes fatores importantes que foram considerados na escolha (elencar os principais pontos que levaram à escolha da solução, entre as alternativas analisadas):
         1. Energia limpa e dedicada, sem combustão;
         2. Menores índices de emissão de gases poluentes;
         3. Menores custos operacionais;
         4. Níveis mais elevados de eficiência energética;
         5. Redução de efeito GEE (gases de efeito estufa);
         6. Expectativas de aumento do uso do transporte público;
         7. Melhoria da qualidade de vida da população;
         8. Contribuição com o cumprimento de metas ambientais;
         9. Contribuição a longo prazo com a redução da tarifa;

Retomando os preceitos do Programa “Niterói que Queremos”: a incorporação de ônibus elétricos à frota de Niterói está articulada com medidas de mudança de paradigma para o transporte da cidade, demonstrando o comprometimento a longo prazo com a mobilidade sustentável, o meio ambiente e a resiliência municipal.

# DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

* 1. A aquisição pretendida para o sistema de transporte coletivo por ônibus, incluem atividades típicas, tais como: oferecer serviço de transporte público com conforto, pontualidade, atendendo a diretrizes de sustentabilidade ambiental, minimizando a redução de poluentes no ambiente urbano, e melhorando a qualidade de vida da população.

Com base neste enfoque é que diversas obras de melhorias na área de mobilidade urbana vêm marcando a vida do Município de Niterói nos últimos anos, dentre estas destacam-se: a construção do Corredor BHLS – Região Oceânica, interligando o centro com a região oceânica, a reurbanização da Av. Marquês do Paraná-eixo sul; além de outras como, a remodelação do eixo da Av. Mem de Sá, o alargamento da Av. Paulo Alves, etc.

**‘**

Com o preço dos combustíveis fosseis e de veículos em escalada, somando-se ao considerável índice de acidentes fatais por imprudência e os congestionamentos, que não são mais exclusividade das grandes cidades, um transporte público coletivo com capacidade para transportar maior quantidade de pessoas de uma só vez é uma alternativa econômica e segura quando comparada ao gasto para locomover o mesmo número de pessoas com veículos individuais.

Neste cenário, fomentar o transporte público coletivo é fundamental para desenvolver a qualidade dos deslocamentos de pessoas. O ônibus facilita os deslocamentos de quem está em regiões mais distantes e aproxima as pessoas ao cotidiano da cidade, facilitando o ir e vir aos extremos. Além disso, ajuda a reduzir o número de carros e motos nas ruas, minimizando congestionamentos, vias carregadas e consequentemente impactando em diminuição de índices de acidentes registrados.

O dever dos entes públicos pois, é buscar soluções inovadoras para combater as emissões de carbono e preservar o meio ambiente para as futuras gerações.

Uma das principais fontes de poluição do ar é o transporte, especialmente os veículos movidos a combustíveis fósseis. Neste contexto, os ônibus elétricos se destacam como uma alternativa viável e ecologicamente correta. Para isto, a quantidade de veículos definidos para utilização dentro do sistema de eletromobilidade, está também ligada diretamente a questões de desenvolvimento local, avanços na infraestrutura promotora e propulsora da inovação, bem como outros benefícios econômicos e sociais relacionados à qualidade de vida da população.

# Quadro resumo de detalhamento do objeto:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição Resumida** | **Quantidade** | **Unidade** |
| Frota | Ônibus elétrico Básico 12,0 metros - Piso baixo total | 50 | Un |
| Carregador | Carregadores DC – 160kW -  cada | 25 | Un |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição/Especificação** | **Unidade de Medida** | **Qtde** | **Valor Máximo Unitário R$** | **Valor Total**  **R$** |
| Ônibus BÁSICO Elétrico,  Categoria M3, conforme | **Un** | **50** | **3.603.120,00** | **180.156.000,00** |

**‘**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Resolução nº 959/2022 do CONTRAN e especificações técnicas constantes no ANEXO I – BÁSICO – ÔNIBUS ELÉTRICO do ETP. |  |  |  |  |
| Carregador para ônibus elétrico, potência máxima de saída de 160 KWH. Especificações técnicas constantes no ANEXO II – CARREGADOR – 160  KWH do ETP | **Un** | **25** | **338.000,00** | **8.450.000,00** |

* + 1. Apresentar em linhas gerais as principais características que deverão estar contempladas na descrição do objeto a ser contratado.

De maneira geral é importante ressaltar que estes veículos ao funcionarem a partir de uma corrente elétrica, que gera energia para alimentar o motor, deve possuir baterias recarregáveis para armazenamento desta energia, com potência adequada em KW para os veículos básicos a serem adquiridos. Neste sentido é fundamental que:

* + - * as baterias garantam autonomia de cerca de 250 km para a operação diária em linhas de ônibus de Niterói, conforme testes realizados na cidade com diferentes fornecedores. Todavia, para preservar o ciclo das baterias, é recomendado que estas não sejam descarregadas completamente e que se mantenha uma reserva de cerca de20% do estado de carga, ou seja, consumo máximo de até 80% de energia armazenada;
      * para a recarga destas baterias, são necessários carregadores que forneçam energia em corrente contínua, para recargas de aproximadamente 04 (quatro) horas.

Ante o exposto, para que os veículos adquiridos sejam utilizados, é necessária a implantação de infraestrutura para recarga das baterias, a qual estará sob responsabilidade da empresa operadora, cujo detalhamento das especificidades e de materiais indispensáveis dependem de aprovação futura da PMN – SMU.

# ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

* + - 1. **Definição do método para a estimativa das quantidades:**
         1. Justificativa da Quantidade

**‘**

O setor de transporte à combustão assumiu o papel predominante nos deslocamentos cotidianos da população, respondendo por grande parte das emissões de poluentes dos grandes centros urbanos. Representa cerca de 20% das emissões globais de CO2 (gás carbônico), que é um dos principais gases causadores do efeito estufa, sem considerar a emissão de outros poluentes, também extremamente nocivos ao meio ambiente.

Nesse sentido, Niterói vem buscando desenvolver estratégias para viabilizar a adoção de tecnologias limpas no uso do sistema de transporte coletivo por ônibus na cidade, atendendo à Lei nº 3.783, de 12 de maio de 2023 que institui o Programa Social de Neutralização de Carbono do Município de Niterói, e preconiza a implementação de ações e projetos voltados a combater as mudanças climáticas, e o caminhar para uma sociedade resiliente e de baixa emissão.

Dentre inúmeras possibilidades avaliadas, a eletrificação da frota de ônibus com vistas a neutralizar a emissão de poluentes no setor de transporte urbano da cidade mostrou-se a mais vantajosa para implantação, considerando-se questões de desenvolvimento local, avanços na infraestrutura promotora e propulsora da inovação, bem como outros benefícios econômicos e sociais relacionados a qualidade de vida da população.

Após esta definição, fez-se necessária a quantificação de veículos para a utilização dentro do sistema de eletromobilidade. Optou-se por orientar a mesma, através de um programa de metas, de acordo com percentuais de redução de emissões de poluentes pretendidos.

Tendo-se presente que cada ônibus elétrico deixa de emitir 115 (cento e quinze) toneladas de carbono por ano na atmosfera, a PMN estabeleceu para o primeiro momento, a introdução de 5% de ônibus elétricos em sua frota, cujos resultados de emissão estão alinhados às diretrizes da Agenda 2030\*\*. Na sequência, a meta da prefeitura é ter 10% da frota de ônibus da cidade circulando com ônibus elétricos até 2030.

*\*\*O Brasil anunciou a meta de reduzir em 50% as emissões de gases poluentes até 2030. Essa mudança envolve não apenas a transição para fontes de energia mais limpas, mas também melhorias nas infraestruturas de transporte, como linhas de ônibus, trens e estímulo ao uso de bicicletas e caminhadas. A busca por alternativas sustentáveis é fundamental para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e construir um futuro mais verde e resiliente.*

Esta orientação indicou que o quantitativo da frota de ônibus elétricos da cidade iniciaria com 50 (cinquenta) veículos, ônibus dotados com esta tecnologia, prosseguindo esteprocesso no futuro. A incorporação gradativa da tecnologia alternativa é resultante dos estudos técnicos desenvolvidos pela SMU que apontaram pela escolha desse tipo de veículo

**‘**

mais confortável e dentro de padrões de sustentabilidade, na prestação dos serviçospúblicos de transporte coletivo no município de Niterói/RJ, aumentando assim, a qualidade do serviço oferecido aos munícipes, com a preservação de uma tarifa módica.

A frota inicial prestará serviços em linhas operantes da cidade, preferencialmente aquelas com trajetos que oportunizam a realização da totalidade de viagens diárias programadas, considerando-se a autonomia da bateria do ônibus. Estas linhas foram criteriosamente estudadas e analisadas em processo de testagem com diferentes fornecedores, e estão distribuídas entre linhas operantes atualmente na cidade.

# ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a realização da estimativa de preços foi definido como referência o orçamento global, cujos valores quantitativos previstos para aquisição de ônibus elétricos foram estimados a partir de cotação de preços com fornecedores, dos quais foi retirado um valor médio final.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Item** | **Descrição Resumida** | **Fonte de**  **consulta de preços** | |  | **Data Base** | **Preço Unitário** | **Preço Total** |
|  | 1 | Ônibus  elétrico, modelo |  | Compras.net/ fornecedores |  | 25.04.2024 | 3.603.120,00 | 180.156.000,00 |
|  |  | básico |  |  |  |  |
|  | 2 | Carregador  es para ônibus |  | Compras.net/ fornecedores |  | 25.04.2024 | 338.000,00 | 8.450.000,00 |
|  |  | elétricos |  |  |  |  |
| **PREÇO TOTAL PROJETADO** | | | | | | | | **R$188.606.000,**  **00** |

# JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1.1. Considerando as características do objeto, vislumbra-se a oportunidade de parcelamento da solução.

# CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

* + - 1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

**‘**

* + - 1. A regulamentação quanto a operação dos ônibus e equipamentos complementares adquiridos pelo Município será realizada através de instrumentação jurídica correspondente, junto a concessionária de transporte público com contrato em vigência.

# DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

* + - 1. A presente contratação está aderente ao planejamento do **Município de Niterói**, que mantém o cumprimento das contratações de bens e serviços conforme demanda, como forma de garantir o perfeito funcionamento da instituição com segurança operacional, boas condições para o exercício da administração e com totais garantias para o atendimento de suas atividades fins.
      2. Para tanto o **Município de Niterói** mantem seus atos de planejamento e controles atualizados e em permanente modernização, tendo entre seus objetivos melhorar os procedimentos de aquisições, na forma e no momento mais adequado.
      3. O fulcro deste **ETP** é estabelecer as condições gerais e minimamente necessárias para que se proceda a uma contratação dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, e principalmente ampla e irrestrita transparência processual no processo de escolha da solução que mais se adequa à demanda identificada pelo Órgão.

# Referência a outros instrumentos de planejamento

* + 1. A contratação pretendida está alinhada ao **Plano Estratégico “Niterói que Queremos 2013-2033”**, do **Município de Niterói**, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos projetos implementados.

O Plano previu a organização das estratégias de desenvolvimento em sete áreas de resultados – Organizada e Segura; Saudável; Escolarizada e Inovadora; Próspera e Dinâmica; Vibrante e Atraente; Inclusiva; e Eficiente e Comprometida - que consideram a transversalidade dos desafios enfrentados pelo município.

A partir dos objetivos a serem alcançados por cada área de resultado, foram elaboradas as carteiras de projetos estratégicos estruturadores, que definiram as ações transformadoras e implementaram as estratégias desenhadas para equacionar os desafios.

* + - 1. Objetivo: a introdução da eletromobilidade consta no cenário de implantação de médio prazo do PMUS-Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, com horizonte até 2025;
         1. Programa Estratégico: Niterói que queremos;

**‘**

Ação Estratégica Consolidada: estratégia de desenvolvimento na área de resultados – Organizada e Segura;

Alinhamento da contratação e planejamento municipal-PPA: a aquisição de ônibus elétricos está prevista no PPA-2024/2025, possuindo designação orçamentária, e atividades processuais definidas para acompanhamento e controle da implementação do projeto.

A presente contratação deverá ser incluída no orçamento e na LOA de 2025, de acordo com a proposta de Financiamento FGTS a ser aprovada pelo Governo Federal no âmbito do Novo-PAC.

# DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

* + - 1. A presente contratação almeja a aquisição do objeto que atenda, além dos requisitos específicos estabelecidos neste documento, a formalização de contrato que garanta a economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos materiais e/ou financeiros da administração pública.
      2. Além disso, a aquisição de ônibus elétricos prevê impactos positivos econômicos, sociais e de meio ambiente. Dentre estes destaca-se os abaixo elencados:
* Redução das emissões de carbono: Os ônibus elétricos são alimentados por energia limpa e renovável, o que significa que não emitem gases de efeito estufa durante seu funcionamento. Isso contribui diretamente para a melhoria da qualidade do ar e para a redução do impacto das mudanças climáticas.
* Menor poluição sonora: Os motores elétricos são muito mais silenciosos do que os motores a combustão interna, o que resulta em menos poluição sonora nas áreas urbanas e melhora a qualidade de vida dos moradores.
* Economia de recursos naturais: Ao optar por um ônibus elétrico, estaremos diminuindo a dependência de combustíveis fósseis, contribuindo para conservação dos recursos naturais e para a redução da importação de petróleo.
* Custo operacional reduzido: Embora o investimento inicial em um ônibus elétrico seja mais elevado, os custos operacionais ao longo do tempo são significativamente menores em comparação com os ônibus movidos a combustíveis fósseis. Isso se deve à eficiência energética dos motores elétricos e à menor necessidade de manutenção.

**‘**

# PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

* + - 1. Atualmente a Secretaria de Urbanismo e Mobilidade Urbana conta com um corpo técnico composto por arquitetos, engenheiros e analistas de trânsito e transporte com experiência, e capazes de acompanhar a execução dos referidos serviços.
      2. Será necessário adaptar o local onde será instalado o objeto, de modo a garantir as condições necessárias para o perfeito funcionamento da solução a ser contratada.
      3. Tais requisitos envolvem intervenções na infraestrutura elétrica, lógica e hidráulica do espaço localizado no terreno a ser implantado o eletroterminal.
      4. Para a adequação do ambiente físico será necessário projeto elétrico específico a ser desenvolvido e implementado pelo Operador.
      5. A adequação do ambiente físico deve ser providenciada e estar concluída antes da data de início da execução do contrato, sendo de responsabilidade do Operador.
      6. Será necessária a obtenção de licenças, outorgas ou autorizações para tal atividade de acordo com Legislação pertinente.
      7. Será necessária a capacitação de servidores para a fiscalização e gestão contratual dos serviços da eletromobilidade.

# SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

* + - 1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de Sustentabilidade Ambiental, especialmente o que consta nos artigos 5º e 6º da normativa, no que couber.
      2. Serão incluídas como obrigação da contratada, critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, se for o caso (Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010):
    1. Medidas mitigadoras a serem adotadas para o descarte do objeto contratado respondendo a requisitos de baixo consumo de energia, considerando-se que a logística reversa e processo de reciclagem de bens e refugos deverão impactar menos possível o meio ambiente;
    2. No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na aquisição do objeto / execução dos serviços, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.

**‘**

* + - 1. A destinação final será responsabilidade da contratada e deverá ser realizada de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto Federal nº 7.404/2010.
      2. A contratada deverá receber da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade - SMU os objetos inservíveis, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores, a fim de garantir a sua reutilização ou descarte sustentável, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
      3. Todos os custos referentes ao recebimento de inservíveis, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da contratada.
      4. Caberá à contratada apresentar todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.

Resumidamente, dada a natureza do serviço, haverá impactos ambientais significativamente positivos, destacando-se a redução das emissões de carbono, melhoria na poluição sonora e a consequente economia de recursos naturais dada a substituição da utilização de combustível fóssil por combustível de matriz renovável. Segundo pesquisas da WRI e da Unicamp, para o caso da substituição em São Paulo, “a substituição gradual de ônibus a diesel por elétricos diminuiria em 62% a quantidade de CO2; e, em 90%, a quantidade de material particulado lançado na atmosfera em 10 anos”.

# DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

* + - 1. O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** considerou a necessidade de contratação do objeto, os requisitos técnicos, legais, ambientais e os do próprio negócio, o mercado em que o objeto se encontra inserido, bem como todos os demais requisitosnecessários para a caracterização e quantificação da demanda identificada, bem como o processo de escolha da solução que melhor se adequa à Instituição nesta oportunidade. Foram considerados ainda os requisitos ambientais e, os aspectos legais.
      2. Desta forma, entende-se ser **VIÁVEL** a contratação sob análise, na forma que dispõe o art. 32, XIII, do Decreto Municipal nº 14.730/2023, e, visando dar início à implementação do objeto aqui delineado, recomenda-se a elaboração de Termo de Referência com base no presente estudo e o encaminhamento para o setor competente para o prosseguimento do feito.
      3. De maneira geral, este estudo técnico preliminar está em consonância com o que dispõe a Lei Federal nº 12.587/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, no que tange a priorização dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes e da mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas na cidade.

**‘**

# CONDIÇÃO DE ENTREGA

* + - 1. 180 (cento e oitenta) dias após recebimento da nota de empenho e pedido de compras, podendo ser prorrogado por igual período;
      2. A entrega será na: PMN-SMU – Prefeitura Municipal de Niterói/RJ, localizada na Av. Visconde de Sepetiba, 987, 12º andar - Centro – Niterói/RJ – CEP. 24.020-206, entre 08:00h às 17:00h.
      3. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira exceto nos feriados do Município de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro, obedecendo rigorosamente as quantidades constantes da Nota de Empenho.
      4. Telefone para contato: 21 – 2620-0403

Anexo I – Especificações Técnicas básicas dos Ônibus Elétricos

Anexo II – Especificações Técnicas básicas dos Carregadores para Ônibus Elétricos

# Niterói, de \_ de 2024.

***Assinatura***

**Nome do Responsável pela Aprovação do ETP Cargo**

**Matrícula**

**Aprovado por:**

***Assinatura***

**Nome do Responsável pela Elaboração do ETP Cargo**

**Matrícula**

***Elaborado por:***

**‘**

**ANEXO I - REFERÊNCIAS TÉCNICAS DO PRODUTO**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE FROTA DE ÔNIBUS ELÉTRICOS PARA OPERAÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE NITERÓI/RJ**

O novo sistema contará com uma tipologia de frota de ônibus elétricos com armazenamento em baterias e equipados com ar-condicionado, introduzidos na frota veicular, gradativamente, conforme quantidade abaixo:

1. 50 (cinquenta) unidades de ônibus elétricos à bateria;

# 1-Generalidades

A alocação da nova frota operará em linhas atuantes no sistema de transporte coletivo por ônibus da cidade de Niterói/RJ.

# OBJETO – Ônibus elétricos à bateria piso baixo total.

* 1. **Chassi**

# Características gerais mínimas.

* Uso urbano para transporte coletivo de piso baixo total;
* Ônibus 100% Elétrico à bateria;
* Zero quilômetro;
* Autonomia mínima com uma carga completa de 250 km;
* Em conformidade com a norma ABNT NBR 15570, com a Nº 403/2008 do CONAMA, e com as demais normas e leis aplicáveis vigentes.
* O modelo básico deve ter comprimento de no mínimo 12,0 m até 13,5 m, desde que atenda a capacidade estática de transporte com a quantidade mínima de 70 (setenta) passageiros (sentados e em pé).

# Motor

Deve ser instalado na parte traseira, de propulsão elétrica.

O motor poderá ser único ou do tipo embutido nas duas rodas.

**‘**

# Baterias

As baterias deverão possuir autonomia mínima de 250 km com único carregamento de até aproximadamente 4 horas.

# Suspensão

A suspensão deve ser do tipo pneumática integral.

# Direção

Com assistência hidráulica.

# Freios

Os sistemas de todos os eixos deverão possuir freio a disco ou a tambor com componentes isentos de amianto e qualquer outro prejudicial à saúde e ao meio ambiente. Deve ter ABS (Sistema de ante bloqueio das rodas) e sistema de recuperação de energia para recarga das baterias por meio da desaceleração / frenagem regenerativa.

# Sistema Elétrico

* Chave geral de acionamento e desligamento de todo o sistema elétrico do veículo;
* O ônibus receberá instalação de ar-condicionado ao ser encarroçado;
* Tacógrafo eletrônico padrão;
* Chicotes elétricos do chassi e transmissão revestidos com proteção de isolamento;
* Sistema para recarga das baterias.

# Sistema Pneumático

* Sistema pneumático equipado com secador de ar dimensionado para prover com segurança à demanda necessária para sistemas de suspensão, freios, portas e demais acessórios.

**‘**

# Rodas

Cada ônibus deve vir equipado com rodas de alumínio.

# Pneus

Cada ônibus deve vir equipado com pneus especiais para uso exclusivo em ônibus urbano; Radiais e sem câmara.

# Carroceria

* + 1. **Características gerais**
* A carroceria deve estar em conformidade com as normas, bem como em acordo às normas ABNT NBR15570, ABNT NBR 14022. Portaria 260 do INMETRO e demais leis vigentes;
* A estrutura deve ser tubular de aço galvanizado;
* Carroceria com aros de rodas (paralamas) revestidos em borracha ou material equivalente;
* A quantidade total de passageiros deve ser no mínimo de 70 lugares (sentados e em pé);
* Espaço reservado para uma cadeira de rodas em ordem de marcha, defronte à porta equipada com rampa. Neste deve ser instalada uma banqueta retrátil, na parede lateral, conforme normatizações vigentes.

# Portas

Os ônibus terão no mínimo 02 (duas) portas, sendo do lado direito.

# Assentos dos Passageiros

Os assentos dos passageiros devem ser em estrutura de aço, com PVC embutido. A distância entre um banco e outro não poderá ser inferior a 300 mm; e se superior, deverá ser a mesma entre todos os bancos.

**‘**

# Balaústre e pega-mãos

O ônibus terá que ser dotado de pega-mãos e balaústres.

# Compartimento do Motorista

A divisória do motorista deve ser constituída de perfis tubulares, encapsulados na cor amarela conforme padrão local, com vidro de segurança na parte superior e compensado revestido na parte inferior.

# Poltrona do Motorista

Deverá ser ergonômica com amortecimento hidráulico e regulável no sentido horizontal e vertical, possuir encosto de cabeça regulável.

# Poltrona do Cobrador

Ergonômica com amortecimento hidráulico e regulável no sentido horizontal e vertical, possuirá dois descansa-braços.

# Catraca

* + - * + Catraca com 04 braços anti-horário eletromecânica;
        + A posição da catraca em frente ao cobrador, com sentido de giro anti-horário, pois a entrada dos passageiros será feita pela porta dianteira.

# Saídas de Emergência

Deverá ser dotada de 05 (cinco) janelas de emergência, três no lado esquerdo da carroceria, não contíguas; as demais junto às portas dianteira e central ao lado esquerdo.

Duas entradas de ar natural no teto com quatro posições, com saída de emergência acoplada.

# Piso

Deverá ser de alumínio com chapa corrugada, fixado com a face lisa voltada para cima e no mínimo 03 mm de espessura. Todos os desníveis do assoalho deverão

**‘**

estar com faixa amarela para sinalização, bem como os perfis da escada, desnível do corredor central e de todos os degraus. As tampas de acesso para manutenção no assoalho deverão ser em alumínio, revestidas no mesmo material do assoalho e com moldura de cantoneira reforçada. Não devem existir pés das poltronas fixados nestas tampas.

No caso de motor embutido nas rodas traseiras, a região do piso junto as caixas de roda, deverão ser dotadas de eficiente revestimento antirruído.

# Campainha

* Cinco sinais ópticos no salão, três no lado direito junto a cada porta, um na parte superior frontal central sobre o para-brisa e no painel lado direito com sinal sonoro ligado a campainha;
* Dois cordões de acionamento da campainha até o final do carro.
* Interruptores para acionamento da campainha nos balaústres, um próximo à entrada, no divisor de fluxo e nas colunas banco sim banco não, contemplando todos os balaústres do salão.
* Interruptor de acionamento da campainha junto ao posto do cadeirante.

# Lixeiras

As carrocerias deverão ser equipadas com um total de 02 (duas) lixeiras, fixadas adjacente às portas.

# Ar condicionado

As carrocerias devem ser equipadas com ar-condicionado de teto, para refrigeração e ventilação.

# Letreiro Eletrônico

O conjunto (composto pelo letreiro frontal superior, frontal inferior, lateral e traseiro) deve ter tem as seguintes características:

# Console do Letreiro

Display digital auto iluminado;

Um único módulo comandando todos os painéis de letreiros instalados no veículo;

**‘**

Comando de ligar e desligar os painéis.

# Painéis de Letreiro

Letreiro eletrônico com display por matriz de LED; Estrutura em perfil de alumínio.

# Rampa de acesso para cadeiras de rodas

Rampas de acesso (embarque de acessibilidade), para cadeiras de rodas, instalada junto à porta central lado direito, com espaço reservado para uma cadeira de rodas com mecanismo de travamento e cinto de segurança retrátil abdominal. Acesso ao embarque em conformidade à legislação vigente.

# Espelhos retrovisores

* + - 1. **Externos**

Devem ser grandes, de ampla visão e de fixação superior.

# Internos

Deve haver dois espelhos de ampla visão e de orientação ajustável sob a caixa do itinerário frontal. Um deve ficar exatamente no centro do veículo. O outro deve ficar no canto extremo direito.

# Elétrica

Haverá tomada universal 2P+T (fêmea) padrão novo embutido fora da central elétrica, que permita acionar as luzes do salão independentemente do sistema convencional, com uma tensão de 24 volts.

# Itens de Segurança

Extintor de incêndio de 6 KG tipo ABC com adesivo número de frota.

Cinto de segurança de 03 (três) pontos para o motorista com mecanismo retrátil.

**‘**

# Garantia e Assistência Técnica

* + 1. **Garantia do modelo básico - Chassi e Carroceria**

O proponente especificará os termos de garantia do produto apresentado e seus itens componentes, tendo por unidade a quilometragem percorrida ou o tempo de uso (em anos).

# 2.4 Considerações Finais

As especificações contidas neste documento não restringem a apresentação de configurações semelhantes que porventura substituam itens do produto aqui detalhado.

**‘**

**ANEXO II - Especificações para aquisição de carregadores para ônibus elétricos**

O sistema de carregamento elétrico será componente do novo sistema de tecnologia de ônibus elétricos para operação nos serviços do transporte público coletivo por ônibus de Niterói/RJ.

A frota de ônibus elétricos será composta inicialmente por 50 (cinquenta) unidades, e suas baterias deverão possuir autonomia mínima de 250 km/dia com único carregamento de até aproximadamente 4 horas.

1. **Generalidades**

Os carregadores deverão ter a capacidade de recarregar simultaneamente 50 (cincoenta) ônibus.

1. **OBJETO –** Carregadores de ônibus elétricos

Com base na operação diária prevê-se a quantidade de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 30 (trinta) carregadores para o processo de recarga das baterias utilizadas na operação diária.

1. **Considerações Finais**

As especificações contidas neste documento não restringem a apresentação de configurações semelhantes que porventura atendam o objeto detalhado para as condições descritas.

**‘**

**ANEXO IV**

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, QUANTITATIVO ESTIMADO E VALOR MÁXIMO ADMISSÍVEL**

**‘**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNID** | **QUAN T.** | **VALOR UNITÁRIO**  **R$** | **VALOR TOTAL**  **R$** |
| **1** | **Ônibus básico elétrico**, categoria M3, conforme resolução n.º 959/2022 do Contran, e **especificações técnicas constantes nos anexos I e IV – Básico – ônibus elétrico.** | **UND** | **50** | **3.603.120,00** | **180.156.000,00** |
| **2** | **Carregador para ônibus elétrico**, potência máxima de saída de 160 Kwh. **Especificações técnicas constantes nos anexos I e IV – Carregador – 160 KWh.** | **UND** | **25** | **338.000,00** | 8.450.000,00 |
| **VALOR TOTAL R$** | | | | **188.606.000,00** | |

**‘**

ANEXO V

ORÇAMENTO ESTIMADO

**‘**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **ITEM** | **DESCRIÇÃO** |  | **UNID** |  | **QUAN T.** | **VALOR UNITÁRIO**  **R$** | | **VALOR TOTAL**  **R$** | |
|  | **1** | **Ônibus básico elétrico**, categoria M3, conforme resolução n.º 959/2022 do Contran, e  **especificações técnicas constantes nos anexos** |  | **UND** |  | **50** |  | **3.603.120,00** |  | **180.156.000,00** |
| **I e IV – Básico – ônibus elétrico.** |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **2** | **Carregador para ônibus elétrico**, potência máxima de saída de 160 Kwh. **Especificações**  **técnicas constantes nos anexos I e IV –** |  | **UND** |  | **25** |  | **338.000,00** |  | 8.450.000,00 |
| **Carregador – 160 KWh.** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **VALOR TOTAL R$** | | | | | | | **188.606.000,00** | | | |

**‘**

ANEXO VI

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

**‘**

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

***(Em papel timbrado, contendo CNPJ, endereço, telefone e demais dados necessários a formulação do contrato)***

Processo nº 9900054763/2024 Edital PE nº\_ \_ /2024-SRP.

Apresentamos a V.Sª, nossa proposta de preços de preços de fornecimento dos seguintes itens, nos termos do Edital e seus Anexos, conforme abaixo relacionado:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO CLARA E**  **DETALHADA** do objeto ofertado, anexando-se, quando possível, prospectos em Português e ainda informação de**: MARCA; NOME DO**  **FABRICANTE; PAÍS DE PROCEDÊNCIA E GARANTIA/VALIDADE.** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** | **VALOR TOTAL (R$)** |
| **1** | **Ônibus básico elétrico**, categoria M3, conforme resolução n.º 959/2022 do Contran, e **especificações técnicas constantes nos anexos I e IV – Básico – ônibus elétrico.** |  |  |  |  |
| **2** | **Carregador para ônibus elétrico**, potência máxima de saída de 160 Kwh. **Especificações técnicas constantes nos anexos I e IV – Carregador – 160 KWh.** |  |  |  |  |
|  | | **VALOR TOTAL ITENS 1 + 2** | |  | |

***IMPORTANTE: No preço ofertado já deverão estar inclusos os valores correspondentes ao frete, taxas, impostos e demais despesas, tudo de responsabilidade da CONTRATADA.***

**Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a 120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação.

**Prazo de entrega: Máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho. Local da Entrega:** Os bens devem ser entregues no **Terminal .**

**Informação da Garantia/Validade** cada item possui prazo próprio, a licitante vencedora deve observá-los,

**conforme as especificações contidas nos Anexos I e II deste Edital.**

A **Garantia** prevista para o item diz respeito a solução de problemas no que tange as embalagens, objetos avariados, bem como todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início a partir da data de recebimento definitivo, se ônus adicional para a CONTRATANTE.

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA LOCAL:**

A **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ocorrerá no **PÁTIO OU LOCAL** de estocagem do veículo, no **período da madrugada**, em um prazo não superior a **72 horas**, contando a partir da abertura de chamado do operador responsável pela

**‘**

frota para a central de atendimento da contratada, onde deve informar a ocorrência que justifique a necessidade de assistência.É de responsabilidade da contratada fornecer central de atendimento **24 horas**, equipe técnica especializada, peças e equipamentos técnicos necessários, desde que se enquadrem nas garantias estabelecidas no **nos Anexos I e II deste Edital**, bem como o deslocamento destes até o local onde se realizará o serviço de manutenção.

**Declaramos**, sob as penas da lei:

* Nos comprometemos a fornecer os objetos deste Edital, nas condições e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência - Anexo I e Anexo IV;
* Declaramos que o(s) objeto(s) será(ão) entregue(s) estritamente de acordo com as especificações, condições, exigências constantes no Edital, Termo de Referência – Anexo I, Anexo IV e V, bem como, nos seus demais Anexos, sob pena de não serem aceitos pelo órgão licitante;
* Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência e instrumento de Contrato;
* Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado;
* Que os preços propostos estão incluídos todos os ***custos e despesas***, frete, taxas e impostos, tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, transporte, inclusive desembaraço alfandegário e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório **PREGÃO ELETRONICO SRP Nº /2024**, inclusive despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação;
* Que cumpriremos todos os ***prazos*** estabelecidos no Edital e seus Anexos;
* Que os valores ofertados na proposta serão ***fixos e irreajustáveis***;

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: CNPJ/MF: Endereço: \_ \_ CEP: \_

Tel./Fax:

Endereço Eletrônico (e-mail): \_ Cidade: \_

UF: Banco: \_ Agência: C/C

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: Endereço:\_ \_ CEP: \_ Cidade: UF

CPF/MF: Cargo/Função

RG nº: Expedido por

Naturalidade: \_ Nacionalidade

**OBS: *A empresa poderá utilizar o Anexo VI como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar a especificação de cada ITEM detalhadamente.***

Local e data

**‘**

\_ Assinatura e carimbo

(representante legal da empresa)

**‘**

ANEXO VII

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

**‘**

ANEXO VIII

LAYOUT DE PLOTAGEM

**‘**

ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024- CADASTRO DE RESERVAS E EXTRATO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**‘**

**ANEXO IX**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024**

Aos ........... dias do mês de ........................ do ano de 2024, o **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE**, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ...... de ..... de ...... de 202..., publicada no ....... de ..... de de ,

portador da matrícula funcional nº ,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão,

na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ......./202..., publicada no ...... de ...../ /202 , processo

administrativo n.º , RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA,

de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de

2021, no Decreto n.º 14.730, de 13 de fevereiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

* 1. – A presente **Ata de Registro de Preços** tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE ATÉ 50 (cinquenta) ÔNIBUS ELÉTRICOS MODELO BÁSICO E ATÉ 25 (vinte e cinco) CARREGADORES DE 160**

**KWH” (infraestrutura de recarga)** especificado(s) no(s) item(ns).......... do Termo de Referência, anexo

*...... do edital de Licitação nº /2024* que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços

tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOSCLÁUSULA SEGUNDA –**

* 1. – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO** | **MARCA / MODELO / FABRICANTE** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| **01** | **Ônibus básico elétrico**, categoria M3, conforme resolução n.º 959/2022 do Contran, e **especificações técnicas constantes nos anexos I e IV – Básico – ônibus elétrico.** |  | **UN** |  |  |
| **02** | **Carregador para ônibus elétrico**, potência máxima de saída de 160 Kwh. **Especificações técnicas constantes nos anexos I e IV – Carregador – 160 KWh** |  |  |  |  |

* 1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**CLÁUSULA TERCEIRA –ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**‘**

**3.1** O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE.

Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item nº | Órgãos Participantes | Unidade | Quantidade |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

A partir desta data ficam registrados na **XXXXXXXXX** o(s) preço(s) do fornecedor a seguir relacionado,objetivando o compromisso da **“AQUISIÇÃO DE ATÉ 50(cinquenta) ÔNIBUS ELÉTRICOS MODELO BÁSICO E ATÉ 25 (vinte e cinco) CARREGADORES DE 160 KWH (infraestrutura de recarga)”,** nas condições estabelecidas no ato convocatório:

**CLAUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

* 1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
     1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
     2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
     3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
  2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
     1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
  3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
  4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
  5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

* 1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**‘**

* 1. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
  2. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
  3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

* 1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

**‘**

**CLAUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

* 1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
     1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
     2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
  2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
     1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
  3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
  4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
     1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
     2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
        1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
        2. Mantiverem sua proposta original.
     3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
  5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
  6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
  7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
     1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
     2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
  8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
  9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
     1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**‘**

* 1. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
  2. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
  3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
     1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
     2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
  4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1** – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.11 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

* + 1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
    2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
       1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
       2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

* 1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
     1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
     2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
     3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
     4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**‘**

* 1. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
     1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
     2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
     3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
     4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
     5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
     6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLAUSULA OITAVA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO**

* 1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
  2. O remanejamento somente poderá ser feito:
     1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
     2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
  3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
  4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os seguintes limites, previstos nos §§4º e 5º do art. 86 da Lei 14.133/2021:
     1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
     2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
  5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
  6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
  7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**‘**

.

**CLAUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS**

* 1. O registro do fornecedor ou prestador de serviço será cancelado pelo gerenciador, quando:
     1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;
     2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
     3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
     4. Estiverem presentes razões de interesse público;
     5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.
  2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
  3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
  4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
     1. Por razão de interesse público;
     2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
     3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do art. 139, §§2º e 8º do Decreto 14.730/2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

* 1. – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
3. Comunicar a contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de Comissão, ou servidor especialmente designado ou por terceiros contratados exclusivamente para a atividade;
5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
6. O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**‘**

* 1. – São obrigações da CONTRATADA:

1. A contratada tem a obrigação de manter atualizados seus dados de endereço físico, endereço eletrônico e telefones junto ao cadastro de fornecedores do Município, bem como informar a contratante qualquer eventual alteração.
2. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado de respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao número do Chassi, motorização, carroceria, marcas/modelos, ano de fabricação/modelo, entre outras necessárias ao faturamento e registro do veículo junto aos Órgãos de Trânsito.
4. O objeto deve estar acompanhado de todos os manuais de operação e manutenção do veículo, com uma versão em português e da relação da rede de ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA e demais exigências contidas na contratação;
5. Caberá à contratada promover, a suas custas, treinamento presencial necessário à operação do veículo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega dos veículos.
6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990);
7. Substituir, reparar, ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste edital e seus anexos, o objeto com avarias ou defeitos;
8. Comunicar à contratante, em tempo hábil, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

* 1. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 126, IX, do Decreto 14.730/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 127, VI, do Decreto 14.730/2023).
  2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada

em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

, ........ de de 2024.

**‘**

\_

**ÓRGÃO DEMANDANTE**

\_

**Representante da Empresa**

**‘**

**CADASTRO DE RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO** | **MARCA / MODELO / FABRICANTE** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item  do TR | Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)* | | | | | | | |
| X | Especificação | *Marca*  *(se exigida no edital)* | *Modelo*  *(se exigido no edital)* | Unidade | Quantidade Máxima | Quantid ade Mínima | Valor Un | *Prazo garantia ou validade* |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX/2024**

**Ata de Registro de Preços**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024- XXXX**, Processo nº 9900054763/2024, cuja homologação foi publicada no **PNCP** e no **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**, nº\_ , do dia /\_ /2024, pela **XXXXXXXXXXX.**

**OBJETO: Registro de Preços** para **“AQUISIÇÃO DE 50 (CINQUENTA) ÔNIBUS ELÉTRICOS MODELO**

**BÁSICO E 25 (VINTE E CINCO) CARREGADORES DE 160 KWH”**, nas condições estabelecidas no ato convocatório, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Integra a presente Ata de Registro de Preços, a **XXXXXXXX**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**VIGÊNCIA**: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (dose) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da **Publicação no PNCP e** no **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI,** podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

# ENCARTE

**Empresa**: \_, CNPJ n° , com sede na \_ , nº \_ , bairro: \_ , CEP:

\_- , (cidade/estado) , telefone: (xx) - \_, fax (xx) - \_, e-mail:

, representado pelo Sr(a). , RG nº

, CPF nº \_, cuja proposta foi classificada em 1° lugar no certame supracitado para o(s) item(ns) .

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO** | **MARCA /**  **MODELO / FABRICANTE** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR**  **UNITÁRIO (R$)** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

**ORDENADOR DE DESPESA**